

## Cidade transatlântica, parte 1: urbanismo conjuntural<sup>1</sup>

### Transatlantic city, part 1: conjunctural urbanism

Jamie Peck  
Departamento de Geografia,  
University of British Columbia

#### Resumo

Como introdução primeira parte de um artigo de duas partes que explora as transformações contemporâneas na governação metropolitana no despertar das viradas na sequência das viragens empresariais dos anos 1980 e das rodadas vagas subsequentes de neoliberalização e financeirização, defende-se aqui uma abordagem “conjuntural” à análise urbana. Esta pode ser considerada complementar, mas, ao mesmo tempo, distinta, de algumas das abordagens concorrentes ao urbanismo comparativo, enquanto problematiza explicitamente o posicionamento relativo das cidades no contexto de um desenvolvimento desigual e de relações multiescalares, bem como as ligações dialógicas entre estudos de caso, conceitos de nível intermédio e reivindicações teóricas passíveis de revisão. Tomando como ponto de partida a atual crise financeira e política em Atlantic City, a capital dos cassinos de Nova Jersey, o artigo historiciza o conceito de cidade empreendedora, colocando-o no contexto, sucessivamente, da evolução do “senso comum” da governação neoliberal, da emergência do urbanismo de austeridade e da intensificação da reestruturação financeirizada. Ao traçar um arco desde as reivindicações teóricas mais abstratas até às circunstâncias específicas da reestruturação urbana contemporânea nos Estados Unidos, o artigo prepara o terreno para a análise mais granular e concreta da Atlantic City “tardamente empreendedora” que se seguirá na Parte 2. Enquanto é necessário construir alguma desta encenação, esta primeira parte do artigo reflete sobre algumas das implicações metodológicas de uma abordagem conjuntural aos estudos urbanos.

**Palavras-chave:** Atlantic City, urbanismo empresarial, financeirização, neoliberalismo, teoria urbana.

#### Abstract

As the first installment of a two-part article exploring contemporary transformations in metropolitan governance in the wake of the entrepreneurial turns of the 1980s and subsequent waves of neoliberalisation and financialisation, a case is outlined here for a ‘conjunctural’ approach to urban analysis. This can be considered to be complementary to, but at the same time distinct from, some of the concurrent approaches to comparative urbanism, in that it explicitly problematises the relative positioning of cities in the context of uneven development and multiscale relations, as well as the dialogic connections between case studies, midlevel concepts and revisable theory claims. Taking as its point of departure the current financial and political crisis in Atlantic City, the New Jersey casino capital, the article historicises the concept of the entrepreneurial city, placing this in the context, successively, of the evolving ‘commonsense’ of neoliberal governance, the emergence of austerity urbanism and the intensification of financialised restructuring. In tracing an arc from more abstract theory claims through to the specific circumstances of contemporary urban restructuring in the United States, the article sets the stage for the more granular and concrete analysis of ‘late-entrepreneurial’ Atlantic City to follow in Part 2. To the extent that it is necessary to construct some

<sup>1</sup> Traduzido por Jeroen Klink, do original: Peck, J. (2017). Transatlantic city, part 1: Conjunctural urbanism. *Urban Studies*, 54(1), 4-30. <https://doi.org/10.1177/0042098016679355>

---

of this staging, this first part of the article reflects on some of the methodological implications of a conjunctural approach to urban studies.

**Keywords:** Atlantic City, corporate urbanism, financialization, neoliberalism, urban theory

## Introdução

“Pelo menos não somos Detroit”, foi a frase que o sempre otimista presidente da Câmara de Atlantic City, Don Guardian, escolheu para repetir, aparentemente, para aliviar a tensão, no seu discurso sobre a situação da cidade em 2015 (citado em Parry, 2015: 1). Atlantic City estava em uma fase particularmente ruim: os valores do mercado imobiliário e (com eles) as receitas de impostos municipais haviam caído pela metade desde 2012, a taxa de execução de hipotecas havia aumentado para uma das mais altas do país e, nesta cidade de setor único (onde os hotéis e o negócio relacionado a jogos representam três quartos da base tributária), quatro dos 12 cassinos da cidade haviam encerrado após a eleição do prefeito, com a perda de mais de 8.000 empregos. Mas, talvez, Atlantic City ainda pode se considerar mais afortunada do que Detroit. Um mês antes, aquela que havia sido uma cidade de indústria única de um tipo completamente diferente havia saído da maior falência municipal da história dos Estados Unidos, precedida por um “resgate” autorizado pelo governo federal de dois dos três grandes fabricantes de automóveis. O processo duplo de ajuste estrutural de Detroit tinha sido gerenciado fora da cidade, por assim dizer, “czar do automóvel” do Presidente Obama, Steven Rattner, do lado do setor privado, e do lado do setor público pelo “gestor de emergência” do Governador do Michigan, Rick Snyder, Kevyn Orr. Em Trenton, a capital de Nova Jersey, falava-se de um tipo semelhante de “aquisição” para Atlantic City, que, desde 2010, estava sujeita a medidas rigorosas de controle fiscal, embora os especialistas locais continuassem a sublinhar que “não se tratava de Detroit”, porque se procuravam ativamente alternativas à falência e as disposições relativas aos gestores de emergência não estavam previstas na lei estadual<sup>2</sup>. Desesperado para defender o que restava da sua soberania financeira e política, o município de Atlantic City aplicava as sanguessugas em si, agindo “como sinal de boa-fé” para reduzir orçamentos, serviços e pessoal, enquanto aumentava os impostos sobre a propriedade em 29 por cento.

---

<sup>2</sup> Marc Pfeiffer, *Bloustein Local Government Research Center*, Rutgers University, citado em Haddon e MacMillan (2015: A20).

Conhecido pelo seu “estilo sem papas na língua”, o genial presidente da câmara de Atlantic City tinha se habituado ao fato de que “um dia típico incluía três crises antes do almoço” (citado em Parry, 2015: 1). Na manhã do seu discurso sobre o estado da cidade, a CaesarsEntertainment (o conglomerado de jogos que possui três dos cassinos restantes) entrou com pedido de falência proteção, a máxima do prefeito mais uma vez foi confirmada quando os elevadores falharam na Prefeitura e uma tubulação antiga de água se rompeu no pátio de obras públicas. Ainda não havia acabado. Na semana seguinte, o governador de Nova Jersey, Chris Christie, deu um passo sem precedentes de nomear não um, mas dois gestores de emergência, com o encargo de "colocar as finanças de Atlantic City em condições estáveis a longo prazo por todos e quaisquer meios legais" (Office of the Governor, New Jersey, 2015: 4). O Governador Christie insistiu que estas "ações agressivas" eram necessárias para "garantir que Atlantic City se recompõe", embora admitindo que o Presidente da Câmara Guardian, um colega republicano, tinha "herdado uma confusão terrível" (citado em Haddon e Dawsey, 2015: A13; Hanna et al., 2015: 1).

Christie contratou Kevin Lavin, um empresário de especialista em reestruturação de Nova Iorque, para o cargo a tempo inteiro de gestor de emergências, mas foi o seu ajudante que fez as manchetes. O mais conhecido "investigador externo" do país, Kevyn Orr, acabado de chegar de uma missão a Detroit, trabalharia ao lado de Lavin para "arranjar" Atlantic City. (Inevitavelmente, a dupla tornar-se-ia conhecida como os "dois Kevins".) A agência de notação de obrigações Moody's recebeu a notícia cortando a notação de crédito da cidade para território de lixo profundo, assinalando a "possibilidade de imparidade material para os detentores de obrigações de uma reestruturação da dívida" (Russ, 2015: 1), tendo o Sr. Orr adquirido uma reputação em Wall Street como um homem preparado para impor acordos duros aos credores (Eide, 2015; cf. Darragh, 2015; Peck e Whiteside, 2016). A S&P seguiu prontamente o exemplo, preocupada com o risco de um corte de cabelo dos obrigacionistas se a cidade seguisse Detroit na proteção contra a falência: "A implementação de um gestor de emergência sinaliza à Standard & Poor's que o Estado [de Nova Jersey] não vê a cidade como capaz de resolver os seus desafios sem intervenção externa" (citado em Beckerman, 2015: 1). Por seu lado, o célebre gestor de crise de Detroit procurou pisar a linha entre a urgência e o pânico, uma vez que, embora a confusão financeira fosse claramente grave, não estava prevista uma declaração de falência: "Tenham muito, muito cuidado", aconselhou Orr na sua primeira conferência de imprensa em Atlantic City, "tentar fazer uma

analogia entre o que aconteceu em qualquer outra comunidade e o que pode ou não acontecer aqui" (citado Darragh, 2015: 1), procurando evitar as comparações óbvias - mas também obviamente complicadoras - ao insistir que "não existe um modelo".

Embora seja por vezes (mal) entendido como tal, o influente relato de David Harvey (1989) sobre o urbanismo empresarial também não assumiu a forma de um modelo único para todos. Em vez disso, falava dos impactos seletivos de uma transformação estrutural incipiente no ambiente macroeconômico com que se confrontavam as cidades da América do Norte e da Europa Ocidental, circunstâncias encapsuladas numa vinheta de abertura relativa a uma conferência de liderança urbana na cidade francesa de Orleans em 1985. Com representantes de ambos os lados do Atlântico, a conferência trouxe à luz do dia a constelação de riscos fiscais e ameaças competitivas que as cidades enfrentaram durante estas fases iniciais de um retrocesso histórico da economia fordista e do Estado-Providência keynesiano<sup>3</sup>. Apesar de toda a evidente variação nas suas particularidades locais, planos proativos e supostos "ativos", as cidades de ambos os lados do Atlântico ficaram expostas, de formas bastante novas, a um ambiente generalizado de concorrência predatória entre vizinhos, de sub cotação mútua e de subsídios coletivamente contraproducentes, com sinais de que eram induzidas a juntar-se no mesmo "caminho muito estreito" de experimentação regulamentar favorável ao mercado e de esforços de atração empresarial (Harvey, 1989: 11). Três décadas mais tarde, medidas rotineiras deste tipo tornaram-se o rosto bastante banal da governação urbana neoliberal, o resultado não foi coincidência ou convergência racional sobre as melhores práticas, mas um resultado da interação recorrente e padronizada de escolhas estratégicas locais forjadas em condições que poucas cidades teriam escolhido, circunstâncias enquadradas pela "compulsão monótona" da exposição competitiva (Peck, 2014a).

Atlantic City, que em 1976 legalizou os jogos de cassino como um (então) "instrumento único de desenvolvimento urbano", tem sido, de qualquer modo, uma das cidades mais agressivas na sua adesão obstinada a este tipo de empreendedorismo, saltando de um estado objetivo de crise estrutural para um pacto fatal com o capitalismo dos cassinos, que durante várias décadas proporcionou uma recompensa aos investidores corporativos, estimulando um padrão de crescimento impetuoso e inflacionando a base fiscal local

---

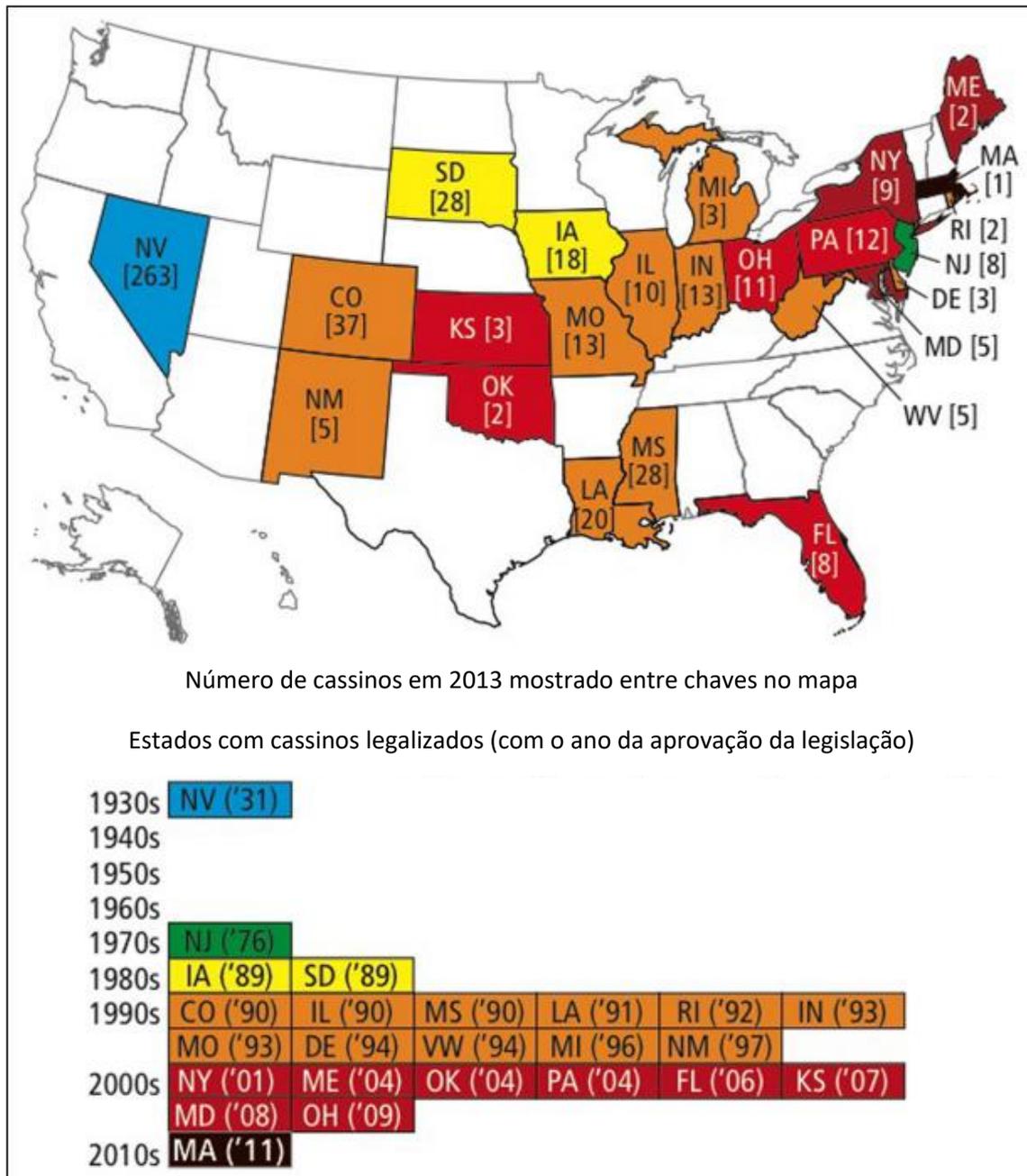
<sup>3</sup> Estavam representadas na conferência as cidades de Bruxelas, Lausanne, Montreal, Munster, Nova Orleans, Orleans, St. Louis e Sheffield (Bouinot com Lovi, 1987).

(Schwartz, 2016; Sternlieb e Hughes, 1983: 2; Wolman et al., 1993). No entanto, quando a sorte de Atlantic City acabou, fê-lo de forma igualmente dramática. Após quebrar o monopólio de longa data de Las Vegas, Atlantic City teve o mercado de jogos de azar da Costa Leste só para si por mais de uma década e meia, antes que um enxame de jurisdições famintas de receitas começasse a entrar em ação (ver Figura 1). Praticamente como um caso demonstrativo da lei dos rendimentos decrescentes na arena da concorrência interurbana, as cidades, estados e comunidades nativas americanas que abraçaram o jogo em cassino como uma oportunidade de desenvolvimento descobriram que a "dinâmica econômica ao longo do tempo [se] tornou cada vez mais negativa e de soma zero" (Councilon Casinos, 2013: 29; Lu, 2014). No entanto, o fato de o jogo legalizado se ter agora espalhado pela maioria dos 50 estados pode ser lido como um indicador da escassez de oportunidades alternativas de desenvolvimento (local). Até 2018, haverá 65 cassinos legalizados só na Costa Leste, e parece cada vez mais que Atlantic City pode tornar-se uma das primeiras grandes vítimas do que se tornou "uma corrida armamentista de cassinos a nível nacional" (Wolfson, 2014: 2). Um suporte histórico para o conceito de Orleans. A discussão foi sobre o estado de saturação dos mercados regionais de jogo. Como se queixou o diretor-geral do cassino SugarHouse, em Filadélfia, "não há um político [local] no país que opte por um aumento de impostos quando o jogo parece tão bom no papel". (A sua própria operação, que só abriu as portas em 2010, face à oposição convicta da comunidade, terá rendido ao Estado da Pensilvânia, sem dinheiro, mais de mil milhões de dólares em receitas fiscais). Mas agora, este operador histórico do setor queixou-se: "Temos de evitar o canto da sereia":

Não há um código postal na região que não tenha quatro ou cinco opções (de jogo) no espaço de uma hora. A Pensilvânia não se importa com o que acontece em Nova Jersey, e Nova Iorque não se importa com o que acontece na Pensilvânia. Isto não pode continuar para sempre. Há uma quantidade finita de receitas do jogo. Estamos numa época muito volátil e estamos num frenesi de expansão do jogo. Isso precisa parar. (Wendy Hamilton, cassino SugarHouse, citado em Parry, 2016, p. 1).

É, no entanto, pouco provável que pare. Como que para ilustrar este ponto, o Estado de Nova Jersey está a tentar financiar o seu chamado "resgate" de Atlantic City - cuja crise fiscal é nada mais nada menos do que o resultado orgânico de uma máquina de crescimento de cassinos falhada, na maioria concebida em Trenton – com receitas geradas

**Figura 1 - Legalização dos cassinos de jogos de azar nos Estados Unidos: da monopólio da máfia à saturação competitiva**



Fonte: compilação do autor a partir da *American Gaming Association*, *Arthur Anderson* e *Oxford Economics*

pela concessão de novas licenças de jogo de cassino na parte norte do Estado. Se o referendo de Nova Jersey sobre a questão (previsto para novembro de 2016) for aprovado, as concessões de cassinos do norte e do sul do estado ficarão separadas por nada mais do que o equivalente a uma deslocação diária do jogador.

Este emaranhado contraditório de cálculos políticos extralocais, condições competitivas (de existência) e estratégias de crescimento urbano cada vez mais "falidas" são as preocupações deste artigo em duas partes. Explorando o "empreendedorismo tardio", nas suas formas cada vez mais financeirizadas e propensas a crises, pretende-se caracterizar e contextualizar a experiência de Atlantic City no capitalismo de cassino. O artigo contribui para um esforço contínuo de mapeamento das paisagens mutáveis da governação da austeridade e do domínio urbano financeirizado nos Estados Unidos (ver Davidson e Ward, 2014, no prelo; Kirkpatrick e Smith, 2011; Lake, 2015; Peck, 2012, 2014b; Peck e Whiteside, 2016; Tabb, 2014; Weber, 2010), neste caso tomando como ponto de partida uma ligação traçada de um hotspot para outro - entre Detroit pós-falência e Atlantic City à beira dainsolvência. Embora seja trivialmente verdade que Atlantic City não é e nunca será Detroit, existem razões políticas e teóricas para investigar as ligações constitutivas e as semelhanças familiares entre estas manifestações contemporâneas de crise fiscal localizada. Investigações empíricas situadas neste gênero têm, sem dúvida, mérito nos seus próprios termos. No entanto, as implicações são mais do que locais, especialmente se estas experiências forem entendidas em relação a um momento histórico distinto de empreendedorismo tardio, marcado pelo esgotamento efetivo de muitas das abordagens agora ortodoxas ao desenvolvimento econômico urbano, juntamente com um nexos reconfigurado de intervenções estatutárias, experimentação tecnocrática, disciplina financeira e narrativas moralizadoras. Para além de quaisquer conclusões específicas que possam ser tiradas relativamente a estes modos financeirizados de governação urbana, é igualmente levantada uma série de questões metodológicas e interpretativas.

O domínio dos estudos urbanos críticos temnos últimos anos, por uma série de intervenções pós-estruturais e pós-coloniais que levantaram questões sobre o estatuto explicativo atribuído aos casos "euro-americanos", sobre o alcance e a relevância das reivindicações da teoria político-econômica relativas a modos de regulação empresariais e neoliberais e sobre a utilidade respectiva das formulações planetárias, provinciais e particularizadas do urbano (ver Brenner e Schmid, 2015; Leitner e Sheppard, 2016; Parnell e Robinson, 2012; Peck, 2015a; Roy, 2009; Storper e Scott, 2016). Uma resposta metodológica significativa a estes debates tem sido uma ênfase renovada no urbanismo comparativo (ver McFarlane, 2014; Robinson, 2011, 2015; Ward, 2008), com ênfase na proliferação cosmopolita de abordagens "mais globais" aos estudos urbanos, em modos de

explicação menos hierárquicos (ou "de cima para baixo"), na teorização a partir de "outro lugar e em qualquer lugar" e na exploração de diferenças horizontais ou "laterais", divergências e discrepâncias entre casos de cidades ao serviço de novas interpretações e reivindicações de teorias alternativas. Estes esforços têm sido inegavelmente generativos, mas, na sua esteira, levantam algumas questões incômodas no que diz respeito ao papel e à lógica dos casos de uma única cidade, especialmente se estas estiverem localizadas no próprio "coração" da produção teórica urbana recebida, e mesmo na extremidade receptora de algumas das aplicações mais severamente assimétricas e coercitivas da reestruturação financeiramente orientada e tecnocraticamente gerida. Na sequência da experiência de cidades como Detroit (ver Hackworth, 2016; Peck, 2015b), poder-se-á dizer que já sabemos como estas histórias acabam? Enquanto este terreno neoliberalizado se tornou um território familiar, será que as respostas empíricas amplamente previsíveis precedem e antecipam efetivamente as questões (teóricas)? Por outras palavras, será que a situação de Atlantic City representa apenas mais um caso de urbanismo neoliberal do Atlântico Norte, sujeito ao seu próprio tipo de rendimentos (explicativos) decrescentes?

É claro que não existe tal coisa como apenas mais um caso de urbanismo neoliberal, pelo menos se o objetivo for reconstruir afirmações teóricas (sempre revisáveis) em diálogo com inquéritos empíricos (programaticamente) situados. Da mesma forma, o urbanismo neoliberal não deve ser simplesmente invocado como um esquema dedutivo abrangente e explicativo, ou um modelo teórico rígido, mesmo que isso por vezes acontece (ver Le Gale`s, 2016; Peck, 2013b; Peck et al., 2013; Pickvance, 2011). Em vez de ser uma fonte conveniente de explicações aproximadas, estenografadas ou em curto-circuito, este quadro conceitual deve realmente definir um espaço para a construção de explicações. Ciente dos perigos de recorrer ao que pode ser chamado de "compressão" explicativa, pressionando uma estrutura teórica pré-formada e inflexível sobre um caso conforme ou afirmativo - na verdade, "lendo" a partir de declarações teóricas abstratas sobre tendências para condições concretas e contextualmente específicas - há uma tentativa explícita em ambas as partes deste artigo de imaginar, habitar e explorar o espaço relacional da análise urbana "conjuntural" (Brenner et al., 2010; Hall e Massey, 2010). Esse é um modo de análise que trabalha deliberadamente em níveis de abstração em diálogo com formulações de nível médio em evolução e conceitos relacionados. Pelo menos em relação às abordagens ao urbanismo comparativo que se inspiram em ontologias mais planas (e que racionalizam os

contrastes horizontais e as investigações mais indutivas no contexto de uma atitude ambivalente ou cética em relação aos conceitos recebidos e "abrangentes"), isto pode ser pensado como uma manobra metodológica ortogonal. Envolve uma espiral ascendente e descendente por meio de casos e contextos como uma estratégia diferente (mas indiscutivelmente complementar) que é a de trabalhar lateralmente, "entre" os casos.

Apelar às "conjunturas", a priori, a construção de um edifício explicativo abrangente, como uma leitura determinista do capitalismo financeirizado ou uma concepção hierarquicamente rígida do regime neoliberal. Em vez disso, requer o reconhecimento da complexidade contextual "até ao fundo", exigindo a produção (e a revisão incansável) de fórmulas teóricas de nível intermédio apropriadas para a interrogação em múltiplos casos e locais, juntamente com interpretações reflexivas da interação entre circunstâncias de base, condições mediadoras e efeitos contingentes, por um lado, e as suas condições de existência, parâmetros operacionais e circuitos de ligação, por outro. Embora as abordagens conjunturais estejam sempre atentas ao papel, a abordagem de conceitos de cobertura, para permitir que se tornem conceitos sufocantes, seria autodestrutiva. Céticas tanto do universalismo como do particularismo, estas abordagens apelam a interpretações próximas e reflexivas da constituição mútua de circunstâncias situadas e condições estruturantes, entrando e saindo de contextos imediatos (ou próximos) para os contextos (constitutivos) desses contextos.

Inevitavelmente, mesmo este relato alargado só pode ser indicativo e ilustrativo, procurando situar um caso de uma única cidade dentro de alguns dos seus contextos estruturantes, mas fazê-lo para refletir sobre algumas das implicações metodológicas de uma abordagem conjuntural à análise urbana. Isto implica fazer um looping desde o espaço transatlântico habitado pelas reivindicações teóricas originais de Harvey relativas à "virada empresarial" (um território familiar de um tipo diferente, poder-se-ia dizer), através dos lugares-comuns e dos sentidos comuns do urbanismo neoliberal (onde a hegemonia se realiza não apenas por imposição de cima para baixo ou por decreto ideológico, mas através da "governança da normalização" cumulativa e contestada), para uma leitura profissional da forma alargada, degradada, (d)evoluída e constitutivamente financeirizada do empreendedorismo tardio, ao estilo americano. O último qualificativo (geográfico) aqui não é emitido de ânimo leve, porque uma análise conjuntural deve - talvez acima de tudo - estar atenta as questões de especificidade contextual, posicional e situacional, resistindo à

tentação de ler tendências globais a partir de circunstâncias particulares. Assim, mesmo que os modos de governança empresarial tardia propensos a crises se tenham tornado bastante difundidos, dificilmente são omnipresentes ou unidimensionais. E, mesmo que se encontrem em todos os cantos da arena transatlântica, só encontram expressão em formas institucionalmente contingentes e desigualmente desenvolvidas, variando tanto em gênero como em grau. A este respeito, esta parte do artigo procura fazer mais do que "preparar o terreno" para o estudo de caso alargado de Atlantic City na Parte 2; problematiza a própria encenação metodológica, a fim de explorar o que poderá ser uma abordagem conjuntural aos estudos urbanos.

### **O urbanismo atlântico, transformador**

Começando com algumas das questões mais amplas de enquadramento conceitual e metodológico, esta seção do artigo passa de um modo implícito para um mais explícito de análise urbana conjuntural, e do terreno familiar da cidade empreendedora, por meio de sua normalização quase entorpecedora, para o momento atual de superextensão financeirizada, estresse sistêmico e a crise da “mudança de lugar”, com referência especial à configuração das condições nos (e dentro dos) Estados Unidos. Em termos históricos, a discussão abrange aproximadamente o arco da hegemonia em movimento do urbanismo neoliberal, desde a "primavera" tardo-keynesiana do empreendedorismo da primeira onda até o "outono" do presente financeirizado. É claro que ambas as épocas político-econômicas foram, à sua maneira, momentos de crise, mas como este é um processo histórico que não se repete, as crises também têm de ser posicionadas conjuntamente.

A discussão que se segue desenrola-se em três etapas. Começa-se por fazer uma viagem de volta à cidade empreendedora de David Harvey, cujo estatuto, agora banal, é simultaneamente o desafio e o objetivo, uma vez que a deriva histórica dos movimentos de vanguarda e das experiências arrojadas dos anos 80 até aos empreendimentos "comuns" dos dias de hoje é, em grande medida, uma história de (governança de) normalização, ou o que de outra forma poderia ser entendido como a (re)formulação da hegemonia como senso comum político. Seguindo este rumo, a natureza da normalidade neoliberal é reconsiderada, primeiro em termos mais abstratos, e depois na sua forma americana (sobre)alargada, como financiamento da governança.

**Empreendedorismo comum**

Num comentário editorial por ocasião de uma reedição do seu ensaio seminal sobre urbanismo empreendedor, David Harvey (2016: 157) refletiu que "qualquer pessoa que trabalhasse em estudos urbanos na década de 1980 estaria familiarizada com as tendências na governança "urbana" que constituíam a preocupação desse artigo anterior. Parte síntese de casos cruzados e parte exegese dialética, o artigo do final da década de 1980 captou um momento conjuntural de profundo e amplo significado, não como uma simples história de transição, mas como um relato da "construção da cidade [entendida como] tanto produto como condição dos processos sociais de transformação em curso na fase mais recente do desenvolvimento capitalista" (Harvey, 1989: 3, ênfase acrescentada). A análise era conjuntural de uma forma implícita e algo oblíqua, enquanto os seus coordenados empíricos eram pós-keynesianos num sentido genérico e transatlânticos num sentido geográfico concreto (o artigo referia-se a dezenas de cidades, incluindo as representadas na conferência de Orleans, e algumas das suas congêneres da Europa e da América do Norte), uma invocação metafórica passageira dos cultos de carga da Papua-Nova Guiné foi o único gesto para além deste espaço), tal como o enquadramento histórico reconheceu a modelação em tempo real de circunstâncias que tinham "algo a ver com as dificuldades que têm afetado as economias capitalistas desde a recessão de 1973" (Harvey, 1989: 3). A forma emergente deste modelo de urbanismo empresarial do Atlântico Norte teve muito a ver, desnecessário dizer, com os fracassos, limites e contradições particulares da manta de retalhos de urbanismos fordistas que o precederam, tendo o lançamento destases estratégias neoliberais de primeira geração sido coproduzido com a contenção e o retrocesso de várias estratégias keynesianas e assistencialistas, estruturas redistributivas e social-estatistas (ver Brenner, 2004).

A análise de Harvey tinha um estilo quase regulacionista, mas esse aparato foi mantido à distância na exposição, que, em vez disso, se desenrolou de uma forma mais macroeconômica do que macro institucional, e mais tacitamente tardo-keynesiana do que abertamente neoliberal (Harvey, 2016; Peck, 2014a). Também havia alusões à hegemonia, embora menos como um sinal de formações históricas e ideológicas particulares, mais como uma referência ao jogo generalizado das relações capitalistas, especialmente a força disciplinar da competição interurbana. Tratava-se de um modo de investigação dialética executado sobretudo acima, através e entre (em vez de dentro, a partir de ou por via de) casos

concretos, um modo de investigação que se centrava nas respostas sintomáticas e nas manobras constrangidas das cidades dispostas numa paisagem terrestre em reestruturação. Uma leitura claramente moldada pelos movimentos transatlânticos do próprio Harvey durante a década de 1980, posicionou-se entre uma normalização crescente de estratégias empresariais semelhantes às de Baltimore na década desde a sua estreia no final da década de 1970 e a supressão do socialismo municipal do outro lado do Atlântico (sobretudo o momento de encerramento progressivo assinalado pela abolição do nível de governança do condado metropolitano pelo governo Thatcher, seguida da sua terceira vitória nas eleições gerais de 1987). O artigo era, em grande medida, um produto situado neste espaço-tempo, ao mesmo tempo que estabelecia ligações precisas com dinâmicas capitalistas profundamente enraizadas.

A análise baseou-se na realidade desenvolvimento desigual existente, em mais do que um sentido metateórico ou filosófico, enquanto este foi retratado como uma geografia histórica do presente turbulento; uma manta de retalhos e "quadriculada" na forma e "marcada com tantos fracassos como sucessos" (Harvey, 1989: 5), era uma paisagem marcada por um mosaico confuso de experiências inspiradoras e de vanguarda, modelos aspirantes e adaptações reativas, e atravessada por inúmeras transferências, empréstimos e imposições. Como Neil Brenner resumiu mais tarde:

No início da década de 1980, os protótipos experimentais de políticas de localização urbana eram explorados por coligações empreendedoras de crescimento local no seio de uma vanguarda relativamente pequena de cidades-regiões europeias. No entanto, em meados da década de 1990, o processo de reescalonamento do Estado contribuiu para a generalização transnacional dessas agendas de política urbana orientadas para a competitividade (Brenner, 2004: 253).

O ensaio de Harvey, ao contrário de algumas leituras posteriores, não reivindicava explicitamente uma aplicação "global", nem previa a estabilização imanente de um modelo operacional universal, pós-transição, uma vez que as suas conclusões eram também, em certa medida, enquadradas conjunturalmente. Embora este nunca fosse o tipo de análise que se detivesse nas especificidades institucionais ou nas particularidades locais (cf. Harvey, 1987), houve, no entanto, um reconhecimento de que as formas embrionárias de urbanismo empresarial na esfera do fordismo atlântico estavam simultaneamente enraizadas e eram reações a uma geografia histórica herdada das estruturas estatais, das relações de escala e dos assentamentos sociais. Estas refletiram-se numa série de esforços

---

política e institucionalmente contextualizados, para separar "as atividades estatais locais do Estado-providência e da economia keynesiana" (Harvey, 1989: 15).

Harvey insistia que os resultados a jusante da concorrência interurbana não se concretizavam mediante uma lei férrea de predeterminação, mas eram regulados após o fato. O ensaio está repleto de observações sobre o que mais tarde se tornaria características regularizadas do urbanismo empresarial "vulgar" - indicações iniciais da forma de uma paisagem metropolitana distintamente neoliberalizada. Em primeiro lugar, o processo de inovação urbana, tal como iria gerar muito ruído e "vigor superficial", (já) estava gerando dinâmicas de "salto", emulação repetida, "efeitos de transmissão" e adaptação reativa, cujas consequências tenderiam para condições induzidas pela concorrência, de procura e experimentação institucionais limitadas, produzindo um estreitamento das agendas, imaginários e vias de desenvolvimento. Em segundo lugar, previa-se que o sub desempenho em série das medidas políticas gerais, associado a uma tendência para a acumulação excessiva de ativos e infraestruturas (ostensivamente competitivos), conduziria inexoravelmente à saturação, desvalorização e degradação. Em terceiro lugar, os guias de reabilitação que os acompanham seriam (no entanto) propícios a campanhas promocionais e celebrações do lugar, mobilizando uma economia de signos baseada na renovação autopropulsionada e desejada localmente, em consonância com a escassez de alternativas fiscal e organizacionalmente viáveis à escala urbana (nas condições de macrorregulação prevalentes). E, em quarto lugar, estas circunstâncias estruturais foram equacionadas com uma economia política interurbana normalizadora caracterizada, entre outras coisas, pelo aumento das desigualdades sociais e espaciais; por corridas ao fundo do poço, negociação de concessões e desregulamentação competitiva em domínios como a tributação, combinados com a pressão inflacionária sobre a taxa de subsídios das empresas; por meio de mímicas e de mimetismo em torno de estratégias de baixo custo e prontas para uso que, geralmente, produzem pouco retorno; pelas condições da lei de Gresham, em que os projetos "ruins" expulsam (ou minam menos) os "bons", marcando um ambiente cada vez mais desafiador para a defesa (e muito menos para a extensão) de alternativas locais progressistas; e pela reprodução arraigada de modos de governança favoráveis ao mercado e centrados nas empresas, expressos de maneiras localmente desiguais em todo o cenário pan-urbano.

A evidência é que a operação de longo prazo dessas dinâmicas produziu um terreno estéril de programação de desenvolvimento econômico urbano convencional

estimulado (apenas?) na superfície pela agitação de “inovações” relativamente superficiais, pelo incremento rápido de políticas e pela desregulamentação predatória, bem como pela aglomeração competitiva em torno de um repertório limitado de estratégias locais. Esta situação está associada a uma matriz cada vez mais esparsa de inovação urbana efetivamente existente, em que o anúncio cada vez mais alto de sucessos ocasionais máscara um clima de resultados e expectativas significativamente reduzidos. Subsequentemente, o comércio de artefatos, imaginários e rotinas do urbanismo empresarial ultrapassou (em muito) o espaço do fordismo atlântico, refletindo e reforçando a desordem e o desmantelamento em curso do Estado-providência keynesiano. Em tudo o que não seja um simples padrão de convergência global ou de transferência unilateral, uma meta-colcha de retalhos de urbanismos empresariais conjuntamente particulares, mas interreferenciados têm vindo a coevoluir na América Latina, na Índia, na Ásia Oriental e noutros locais (ver Hall e Hubbard, 1998; Jessop e Sum, 2000; McCann, 2011; McFarlane, 2012; Murray, 2011; Park et al., 2012; Portes e Roberts, 2005). A alguma distância das condições emergentes descritas por Harvey no final da década de 1980, este terreno transnacionalizante tem sido sempre caracterizado pela multipolaridade, pela adaptação dialógica em vez da simples fusão, pela tradução seletiva em vez da transferência pura e simples e pela interferência complexa em vez da imitação grosseira, mesmo quando as estratégias dominantes se tornaram bastante ubíquas na sua forma clichê e recorrente, se não sempre na inspiração ou no efeito. Há aqui indícios de uma geografia granular e contextual, mas isso não significa que se deva ignorar as condições específicas e estruturantes que estiveram presentes, historicamente falando, na incubadora transatlântica, ou a marca duradoura dessas obras de primeira geração nas adaptações subsequentes.

Embora, obviamente, possa ser lido de forma útil por esta diferença, o espectro revelado de diferença nas estratégias e estratagemas de desenvolvimento econômico urbano convencional dificilmente será amplo ou rico, oscilando, como tende a acontecer, em torno do eixo hegemônico da adaptação favorável ao mercado, com as arestas cortantes da experimentação e as arestas brutas do ajuste conduzido pela crise a confinar com um reino prosaico da reprodução cotidiana. Na verdade, são raros os modelos alternativos de desenvolvimento urbano-econômico que funcionam de forma sustentada e à escala da cidade. Uma das expressões mais reveladoras das tendências centrais (e normalizadoras) do regime transnacional do urbanismo empresarial é o programa de cidades competitivas da

OCDE, uma organização com a missão de articular, consolidar e encurralar o consenso efetivamente existente, em vez de uma "liderança" unilateral (ver Theodore e Peck, 2012). A narração da OCDE sobre o "centro suave" do atual consenso político, ou o que de outra forma pode ser lido como uma expressão de fato da hegemonia das cidades competitivas, irá agora (aparentemente sem ironia) deferir a formulação crítica de Harvey - afirmando assim a sua subseqüente colonização, numa pletora de formas claramente existentes, do mainstream da governança urbana. Caracterizada pela OCDE como uma "mudança profunda na abordagem política", em relação à sua antecessora keynesiana-e-redistributivista, a era da competição urbana redobrada:

Foi descrita como uma mudança do gerencialismo para o empreendedorismo" (Harvey, 1989). A adoção de uma atitude totalmente diferente foi acelerada pelo reconhecimento crescente entre os planejadores de políticas urbanas de que a única forma de as cidades poderem competir numa economia cada vez mais imprevisível e globalizada é através da prossecução de estratégias proativas concebidas para assegurar vantagens competitivas sobre os seus concorrentes potenciais. Aquilo a que normalmente se chama empreendedorismo urbano envolve medidas positivas e estratégicas baseadas numa abordagem proativa, em vez de uma abordagem de resolução de problemas, juntamente com novas estruturas institucionais de governança urbana (OECD, 2007: 18-19).

No período decorrido entre o que foi uma crítica marxiana presente e esta confirmação a posteriori do consenso pragmático, a hegemonia aconteceu. De forma correspondente, a hegemonia também aconteceu no tempo entre o esboço original, em tempo real, da virada empresarial de Harvey, em condições de emergência histórica, e a recontagem deste momento transformador, com o benefício de mais de uma década e meia de retrospectiva, que ele mais tarde "escreveu [como um relato da política urbana] sob o neoliberalismo" (Harvey, 2005: 158; 2016). No entanto, nos espaços intermediários - onde o fazer e o refazer da hegemonia têm lugar, literalmente - há mais do que pormenores e distrações. Estes são os espaços (e escalas) onde o urbanismo conjuntural precisa de fazer o seu trabalho, onde deve preencher e dar conta (em vez de saltar) das circunstâncias intermediárias de posicionalidade, situação e contexto, tanto em termos institucionais concretos como em diálogo com conceitos de nível intermédio.

Estes são também os espaços (e escalas), convém notar, onde, num sentido substantivo, a neoliberalização tem feito o seu percurso em zigue-zague, não como uma arena para a promulgação não mediada das lógicas eternas da competição capitalista, ou como uma manifestação da vontade indiscutível dos interesses da classe dominante, mas

como um processo de reestruturação reguladora que evolui temporalmente, é politicamente contestado, geograficamente indisciplinado, sempre composto e menos do que determinado. Tendencialmente, estas são as dinâmicas virais através das quais o surto marcado do urbanismo empresarial se espalhou, na sua forma alargada e quotidiana, para a erupção tenaz que é o urbanismo neoliberal, moldando as condições de existência - e os ambientes operacionais ideológicos, institucionais e ideacionais - das cidades neoliberais comuns. Daí a necessidade de ler (este tipo de) hegemonia não como uma imposição unilateral ou de cima para baixo, mas como um processo (em movimento) de mudança ideológica. O neoliberalismo é um fenômeno que se desenvolve a partir de um enquadramento, de uma reestruturação institucional, de uma luta política e de uma adaptação social. Em vez de se concentrar na forma como o neoliberalismo se "tornou global", isto chama a atenção para as formas diversas e combinatórias em que, uma e outra vez, "se torna local", moldando subsequentemente um campo recorrente de normas e dinâmicas reguladoras (cf. Ban, 2016; Peck e Theodore, 2012). Isto fala, também, das diversas formas como as racionalidades e rotinas neoliberais são reproduzidas por meio de formas cumulativas, mas contraditórias, de reestruturação multilocal e multiescalar, como fenômenos que mudam de forma e de local, realizados tanto em cidades específicas como dentro delas.

### **Estabelecendo a hegemonia**

Recontar a história do empreendedorismo urbano na linguagem teórica da neoliberalização equivale, por conseguinte, a mais do que uma atualização de apresentação ou uma remodelação semântica. Em vez disso, fala do lugar mutável das cidades na formação conjuntural que é o neoliberalismo, cujo estatuto hegemônico adquirido não deve ser confundido com um estado de totalização vulgar-estruturalista (onde a diferença é obliterada, as contradições são geridas e a resistência é inútil), mas que, em vez disso, representa um processo histórico e geográfico sempre em construção, sempre contestado, sempre difícil, sempre incompleto e, legivelmente estruturado e modelado. Uma vez que o neoliberalismo denota um projeto utópico, ainda que sempre frustrado, de domínio do mercado-corporativo, e (portanto) não um estado final, mas um paradigma adaptativo de reestruturação, não pode descrever uma realidade social exaustiva, mesmo que por vezes possa parecer assim nas suas expressões saturadas e quotidianas. É um processo, não um estado de ser", observou uma vez Stuart Hall, referindo-se à tarefa vexatória de explicar o

carácter amorfo e sempre em transformação da hegemonia neoliberal na sua forma pós-Thatcher:

A hegemonia tem de ser constantemente "trabalhada", mantida, renovada e revista. As forças sociais excluídas, cujo consentimento não foi obtido, cujos interesses não foram tidos em conta, formam a base de contramovimentos, resistência, estratégias e visões alternativas... e a luta contra um sistema hegemônico começa de novo. Constituem aquilo a que Raymond Williams chamou "o emergente" - e a razão pela qual a história nunca está fechada, mas mantém um horizonte aberto para o futuro. O neoliberalismo está em crise. Mas continua a avançar. No entanto, em ambição, profundidade, grau de ruptura com o passado, variedade de locais a serem colonizados, impacto no senso comum e no comportamento cotidiano, reestruturação da arquitetura social, o neoliberalismo constitui um projeto hegemônico (Hall, 2011: 727-728)<sup>4</sup>.

Assim, hegemonia não é sinônimo de êxtase total ou homogeneização incipiente, nem é o antônimo de diversidade ou mudança. Refere-se à (re)construção em curso daquilo a que Raymond Williams chamou "realidade normal" ou senso comum, na verdade, à própria "governança da normalização", que nunca é uma questão de supressão completa da diferença ou da resistência, mas que, em vez disso, diz respeito ao posicionamento (e predisposição) da disputa e da contestação em terrenos de luta móveis, no entanto, estruturados, onde as ideias e as disposições vão desde o naturalizado e (aparentemente) inevitável até ao inviável e quase impensável (ver Apple, 1990; Rojek, 2003). Do mesmo modo, trabalhar com a hegemonia, analiticamente, não pode ser uma questão de reconhecimento, de uma vez por todas, de uma formação global capitalista, à qual todas as coisas a ter em conta podem então ser subordinadas de forma clara e abrangente; nem se trata do uso pesado de ferramentas de interpretação sem corte para encaixar este caso ou aquela situação num quadro categórico fixo. Em vez disso, as abordagens conjunturais à (produção contínua de) hegemonia devem abranger, entre outras coisas, a exploração iterativa de campos de construção-consolidação e contestação-dissolução; a relação à investigação de projetos e contra projetos frontais; e a identificação (sempre provisória) de padrões emergentes, regras do jogo e disposições dominantes, a par da consideração das suas dinâmicas de reprodução, dos seus momentos de fracasso e crise, dos seus parâmetros e porosidades e das suas contradições e limites.

Como isto poderia informar as análises conjunturais do urbano? Bem, uma leitura generosa do projeto (também radicalmente incompleto) do urbanismo regulacionista pode ser construída mais ou menos nestes termos. Guiado de forma mais ou menos explícita

---

<sup>4</sup> Aqui, Hall também segue Raymond Williams em sua leitura da hegemonia como um "processo vivido", não como um sinônimo de simples dominação, e "não, exceto analiticamente, [como] um sistema ou estrutura", mas como um "complexo realizado de experiências, relações e atividades" (Williams, 1977: 112).

pela economia política do desenvolvimento urbano pós-keynesiano de Harvey, animado em graus variáveis pelas problemáticas da teoria da regulação<sup>5</sup> e condicionado por um ceticismo permanente em relação aos tropos dos anos 1990 da integração do mercado global e da "liderança" urbana, foi esta linha de trabalho que propagou o quadro analítico mais tarde conhecido como urbanismo neoliberal (ver Brenner e Theodore, 2002; Jonas e Wilson, 1997; Lauria, 1996; MacLeod, 1997)<sup>6</sup>. Fazendo eco das províncias do Atlântico Norte da análise original de Harvey sobre o empreendedorismo urbano, grande parte deste trabalho baseou-se numa leitura crítica das dinâmicas espaciais e escalares do momento tardo-keynesiano.<sup>7</sup> Posteriormente, os projetos de urbanismo regulacionista (por muito dispersos, exploratórios e descoordenados que tenham sido) têm-se preocupado, na sua maior parte, com variantes de análise da forma, que, em princípio, podem ser entendidas como abrangendo pelo menos três domínios ou momentos. Em primeiro lugar, essas análises partem tipicamente do reconhecimento, pelo menos implícito, da geografia histórica de formações socioinstitucionais relativamente duradouras e dos seus legados dependentes da trajetória, em todas as escalas do urbano. (Mesmo que as análises não sejam elas próprias explicitamente históricas no seu alcance ou carácter, tenderão a operar com este entendimento de "fundo"). Em segundo lugar, as análises regulacionistas tendem a ser especialmente sensíveis ao desenrolar temporalidades e espacialidades da transformação regulamentar, mapeando as características sempre emergentes ou "frontais" de projetos, programas e intervenções padronizadas em mundos e sistemas urbanos. (O foco aqui é sobre as ondas de ruptura de mudanças no modo de regulação, por vezes proativamente processadas, por vezes induzidas por crises e muitas vezes amargamente testadas). E em terceiro lugar, estas análises têm em conta, mais uma vez pelo menos implicitamente, as

<sup>5</sup> Incluindo: a presença contextual e o desenvolvimento episódico de formações macroinstitucionais e assentamentos sociais; o movimento das dinâmicas de acumulação historicamente e geograficamente descontínuas; os papéis rupturantes, mas geradores, das crises, como momentos de intensificação da luta política e experimentação institucional; e a institucionalização (ou não) das regras do jogo e regimes de metagoverno, com suas lógicas enraizadas de seletividade estratégica e processos indeterminados de 'descoberta por acaso'.

<sup>6</sup> Para uma amostra de críticas e reflexões sobre esse corpo de trabalho, veja Hackworth (2016), Le Gale's (2016), Peck et al. (2013), Pinson e Morel Journel (2016) e Robinson (2010).

<sup>7</sup> Nesse sentido, o subtítulo da coletânea de Brenner e Theodore (2002), *Spaces of Neoliberalism: Urban Restructuring in North America and Western Europe*, foi escolhido de forma nada casual. A especificidade contextual das reivindicações teóricas da teoria da regulação foi, é claro, problematizada desde o início, uma vez que a teoria em si estava abertamente preocupada com o contexto constitutivo, com os legados dependentes do caminho das formações fordistas-keynesianas, com formas relacionais de desenvolvimento desigual e com a migração não difusionista de modelos e racionalidades regulatórias, especialmente, mas não exclusivamente, nos espaços da reestruturação pós-keynesiana (ver Peck, 2004).

dinâmicas transformadoras do desenvolvimento espacial desigual, da relacionalidade e da variação, com horizontes que são simultaneamente interurbanos e multi-escalares. (O âmbito destes estudos excede geralmente o do local imediato, atingindo pelo menos a mesoescala e referindo frequentemente paisagens variadas e topografias de reestruturação que se estendem para além dos limites da cidade)<sup>8</sup>.

Dito isso, o potencial dos estudos urbanos regulacionistas tem sido apenas parcialmente aproveitado. Na prática, é provavelmente justo dizer que o segundo desses domínios analíticos - a frente urbano-regulatória em movimento - tem recebido a maior atenção, embora raramente (ou nunca) de forma isolada. Essa ênfase nos processos de neoliberalização em movimento, em ebulição e essencialmente frontais destacou o caráter perpetuamente (re)construído e contingente ao contexto dos programas realmente existentes de regras de mercado (que não podem ser reduzidos a um repertório fixo de políticas, evoluindo por meio de dinâmicas complexas de experimentação, fracasso, mimese e mutação). Em princípio, os momentos "barulhentos" de contestação e o muito mais silencioso arripio da consolidação deveriam estar ambos no âmbito destes modos de análise críticos e relacionais, embora, na prática, os papéis da resistência ativa, por um lado, e da normalização crescente, por outro, nem sempre tenham sido acentuados (sem dúvida por uma série de razões interpretativas e específicas de cada caso). A contestação e a consolidação podem ser vistas como momentos diferentes na reprodução contínua da hegemonia neoliberal, com um demarcando o flanco "visivelmente" politizado da oposição e da resistência, o outro as terras sombrias e as encostas escorregadias da melhoria, da implementação adaptativa e da acomodação.

No domínio do urbanismo empresarial, na sequência da leitura em tempo real de Harvey da "primeira frente" da mudança emergente (mas, em última análise, transformadora), a história a longo prazo parece ter sido certamente de consolidação (mesmo que isso só tenha sido revelado de forma fragmentada, caso a caso), tendo os denominadores comuns mais baixos das estratégias de desenvolvimento econômico urbano dominantes sido sucessivamente reduzidos, eclipsando, no processo, em grande medida - pelo menos até agora - o traçado e o âmbito dos modelos alternativos realmente existentes (tanto reformistas como mais radicais). Uma medida reveladora da hegemonia neoliberal no domínio urbano é

---

<sup>8</sup> Para mais discussões sobre tais formações, transformações e dinâmicas de terraformação em relação aos processos e práticas de neoliberalização, veja Brenner et al. (2010) e Peck (2013b).

o estado degradado da programação econômica municipal (e dos imaginários), em que uma bateria de instrumentos políticos fracos é agora utilizada num ambiente de expectativas predominantemente baixas, conseguindo o consenso dominante parecer simultaneamente saturado e desbotado. As sucessivas ondas de intervenções de fraca qualidade - desde iniciativas de clusters a concessões de cassinos, de festivais de consumo a bairros criativos - são normalmente muito superiores aos seus modestos resultados (raramente sujeitos a uma avaliação rigorosa, o que não é de estranhar), enquanto os sucessos fugazes dos inovadores e dos pioneiros podem ser suficientes para inspirar a emulação, mas não o suficiente para anular os efeitos da diminuição das capacidades locais e a persistência da concorrência interurbana. (No processo, esses fracos instrumentos políticos são ainda mais enfraquecidos, mediante uma utilização excessiva e promíscua). O recuo histórico generalizado, ainda que desigual, do planejamento estratégico e da despesa redistributiva, ao longo dos níveis superiores de governo em muitos países, exacerbou estas condições, de âmbito pan-urbano, ainda que localmente desigual, casando, como o fazem, os retrocessos programáticos, a responsabilização local, os mandatos sem financiamento e a devolução com a deslocação de riscos e a incapacidade do Estado municipal. Por sua vez, isto criou um vácuo regulatório no qual um pequeno exército de consultores, vendedores de soluções e gurus entraram com as suas (re)fórmulas sedutoras, projetos reciclados e soluções políticas rápidas. Nesse contexto, o subsídio e a eventualidade dos fluxos de investimento urbano levaram, de forma bastante previsível e, de fato, conforme previsto, a uma condição de equilíbrio generalizado de baixos retornos, reciclagem de políticas e desempenho inferior em série.

As culturas de empreendedorismo superficial são coproduzidas, conseqüentemente, por uma aceleração sintomática no comércio propiciada pelo marketing de supostas soluções. O fato dessas soluções serem rotineiramente apresentadas como autênticas, inovadoras, caseiras e, de fato, criativas, deve ser registrado como algo entre a ironia comum e a retórica de Orwell). Esse terreno degradado de inovação e experimentação urbana não é totalmente plano, é claro; observadores atentos apontarão corretamente certas linhas de grade, gradações e geografias, mas a “ponderação” dos efeitos conjunturais, contextuais e contingenciais pode ser apenas um julgamento interpretativo, uma vez que sempre haverá pontos críticos e modelos exagerados, e não faltarão alguns fracassos abjetos, com uma grande parcela de confusão pragmática no meio. Portanto, em princípio, o horizonte de uma análise conjuntural deve exceder as observações sazonais das árvores

(mais frondosas), para levar em conta o estado degradado (ou não) da floresta como um todo. Chamar a atenção para estas condições, padrões e regularidades de toda a espécie não é o mesmo que dizer que estas são tendencialmente uniformes, universais ou imutáveis. No caso do empreendedorismo urbano, as condições de “vigor superficial” ainda são muito evidentes (Harvey, 1989; Peck, 2014a), cuja ênfase atual é aparentemente necessária para fins de legitimação. Mas como podemos explicar as condições subjacentes e a repetição de padrões em face da contínua agitação e experimentação? Será que é suficiente caracterizar isso como urbanismo?

Estas condições voláteis, normalizadoras, mas talvez acima de tudo mortalmente familiares, dão origem a questões - perenes para os estudos urbanos críticos - de modos de análise apropriados e da seleção e posicionamento de casos, sobretudo em relação a formulações teóricas (em evolução) e quadros conceituais. Aqui é necessário confrontar a preocupação de que em "uma grande parte do mundo dos estudos urbanos, o neoliberalismo tem sido referido como um grande deus ex machina sem muita qualificação" (Le Gale`s, 2016: 155). Uma estratégia, e a favorecida por Le Gale`s, é a da redução da complexidade: evitar a noção de hegemonia e, em vez disso, invocar uma concepção mais nítida, menos abstrata e mais específica do neoliberalismo (por exemplo, como um programa político definitivo), em conjunto com a análise de casos concretos que são relativamente congruentes com esta forma mais particularizada ou talvez "essencial". Isto iria efetivamente domesticar o neoliberalismo, na sua forma Anglo-Americana (mais) familiar, como um modo endógeno de governança do consenso de Washington. Também invocaria implicitamente uma forma (supostamente) "pura" ou "original" de neoliberalismo contra a qual outras formas (ostensivamente) menos neoliberais ou não neoliberais seriam contrastadas. No entanto, reduzir o neoliberalismo a uma única forma (domesticada), para efetivamente o "centralizar", seria subestimar radicalmente as relações constitutivas entre as suas (muitas) formas híbridas e mestiças, sendo as semelhanças familiares, neste sentido, semelhanças familiares de relações próximas e distantes. Da mesma forma, reduzi-lo a um paradigma de política relativamente fixo é subestimar o grau em que a rotatividade e a adaptação experimental, muitas vezes motivadas pelo fracasso endêmico da política, são características necessárias dos processos contínuos de neoliberalização (em contraste com os regimes de política estáticos convencionalmente associados ao neoliberalismo). Uma estratégia conjuntural reconheceria, portanto, que a reprodução da hegemonia neoliberal é

transnacional e multiescalar no seu âmbito, se bem que longe de ser uniforme na sua origem ou efeito, e que as suas capacidades, tendências e dinâmicas emergentes excedem policentricamente a soma das partes locais (e móveis), de tal forma que o desafio é teorizar com e através da diferença, em vez de a reduzir ou excluir. Isto implica subir e descer níveis de abstração, bem como (num sentido relacional) ao longo de cadeias de ligação constitutivas e entre híbridos realmente existentes.

Mais uma vez, isto ressoa com a abordagem desenvolvida por Stuart Hall, que se agarrou tenazmente ao "conceito malandro" e à abstração incómoda que é o neoliberalismo, lutando com a sua "unidade complexa", sem nunca recorrer ao seu uso complacente ou, já agora, à sua "inserção" desajeitada no aqui e agora (Grossberg, 1996: 148; Peck et al., 2010). Em vez disso, um método aberto de teorização trabalharia para a frente e para trás entre instâncias concretas, padrões emergentes, conexões relacionais e formulações abstratas, reconhecendo e refinando conceitos de nível médio e categorias provisórias ao longo do caminho, enquanto atende rigorosamente ao "contexto e complexidade, até ao fim" (Grossberg, in Roman, 2015: 192). Hall debateu-se com o conceito mal-amado de neoliberalismo durante décadas, nunca fazendo as pazes interpretativas com ele, nunca resolvendo as questões desafiantes em torno do seu fecho de definição e da mudança de proveniência, mas também nunca se fixando num substituto aceitável. No seu trabalho sobre o Thatcherismo e o seu prolongado rescaldo, por exemplo, o arco conjuntural da neoliberalização como processo histórico foi explicitamente chamado a abranger o ataque a longo prazo às instituições do acordo (de bem-estar) do pós-guerra nas suas várias formas (do monetarismo, passando pelas acomodações Blairitas, até às subsequentes rondas de austeridade impulsionadas pela crise) e a subsequente proliferação de novos projetos, culturas e lógicas de governança forjados no contexto do aprofundamento da financeirização e da globalização: esta "conjuntura de forças de mercado", construída e mantida de forma confusa, poderia ser lida como um "triunfo do neoliberalismo", observou; ainda "uma palavra inadequada, mas a única que temos para caracterizar o que define este arco" (Hall e Massey, 2010: 66). Crucialmente, este é um arco que atravessa (ao mesmo tempo que põe em causa as relações entre) momentos de retrocesso social e de implantação institucional, por meio de crises agitadas e fases de consolidação incremental, e mediante diferentes formações locais articuladas em conexão complexa - um arco que tanto invoca como problematiza um todo indisciplinado maior do que a soma das muitas partes

articuladas, um fenômeno combinatório que nunca é fotograficamente replicado em nenhuma dessas partes.

Em vez de um significante explicativo totalmente pré-fabricado, fixo e fechado, é isto que a neoliberalização deveria realmente estabelecer. Além disso, em vez de um artigo de fé explicativa, ou uma fonte universal de causalidade múltipla, deveria designar um terreno heterogêneo para investigação crítica, onde as reivindicações teóricas são tanto passíveis de revisão como de rejeição. Um horizonte analítico de "arco completo" exige mais do que uma periodização, mas uma teorização empiricamente informada ao longo dos momentos criativos e destrutivos do que é evidentemente um processo alargado e distendido, ao longo dos seus fluxos e refluxos e ao longo dos ciclos de resistência e dos declives da normalização. A invocação do neoliberalismo à escala da cidade pressupõe devidamente algum tipo de tomada de posição sobre estas dinâmicas mais do que urbanas. Consequentemente, uma análise urbana conjuntural tem de problematizar - de forma contínua e reflexiva - o posicionamento de casos, locais e situações na paisagem mais ampla da mudança transformadora (em vez de delimitar espacialmente os processos, ou traçar contrastes laterais com base num pressuposto prévio de presença/ausência, coração/ interior ou domínio/exceção). Metodologicamente, isto significa que o urbanismo neoliberal tem de ser diagnosticado e documentado em todos os casos (urbanos), bem como dentro deles. Daqui decorre que não pode ser uma "carapaça" explicativa de tamanho único, sobreposta ou enrolada à volta de cada caso, como uma versão crítica do "colete de forças dourado" de Thomas Friedman (2000), mas deve, pelo contrário, definir um espaço para uma teorização intermédia em diálogo com análises específicas e cruzadas de casos. Aqui, a abstração e a contextualização seriam práticas simultâneas. O contexto, neste sentido, representa mais do que o cenário de fundo imediato para o desenrolar dos acontecimentos locais, e também mais do que uma meta geografia atmosférica em grande escala, um contexto distante e impermeável desse contexto; trata-se de encontrar e contabilizar os efeitos contextuais "até ao fundo", bem como "até ao outro lado" de terrenos desigualmente desenvolvidos.

### **Central da austeridade?**

Se a análise do neoliberalismo for mais do que um ato grosseiro de inscrever cada caso em uma estrutura de trabalho de pseudo-hegemonia, se houver de fato um escopo

para teorizar com e através da diferença, então será dada prioridade aos conceitos de nível médio e às formulações de mediação que facilitam leituras não reducionistas do presente complexo. Em uma perspectiva analítica, isso só pode ser, por definição, um trabalho em andamento; ele representa uma tentativa contínua de capturar (pelo menos provisoriamente) as articulações em movimento do presente complexo. Representa uma tentativa contínua de capturar (pelo menos provisoriamente) as articulações móveis entre fixações discursivas, ambientes operacionais, estratégias experimentais, práticas de normalização, condições ambientais e assim por diante - de certa forma, fornecendo uma ponte, ou dobradiça, entre circunstâncias específicas do caso e reivindicações teóricas mais abstratas e conjunturalmente posicionadas. O conceito de trabalho de "urbanismo de austeridade" surgiu exatamente neste contexto, como uma exploração da condição partilhada de stress fiscal numa série de cidades na sequência do crash de Wall Street de 2008. O próprio crash tinha sido a ocasião de uma crise de legitimação de curta duração (embora ainda palpavelmente latente), de âmbito internacional e associada a um extenso deslocamento financeiro, e que em partes da Europa e da América do Norte rapidamente se transformou numa ofensiva renovada contra o Estado social, os seus circuitos de financiamento, os seus serviços, às suas fundações institucionais, as suas forças de trabalho (ver Blyth, 2013; Fraser, 2015; Peck, 2013a). Na Europa, a ascendência de uma política proativa de austeridade foi especialmente rápida, e houve fortes ecos - ainda que mais tácitos - de condições semelhantes do outro lado do Atlântico<sup>9</sup>. Mas será que as consequências urbanas podem ser "lidas" a partir destas condições macropolíticas? Ou será que houve uma ação em todos os locais e escalas do urbano que foi mais do que uma questão subsidiária ou uma história lateral?

Desenvolvidos na prática, os primeiros esboços do urbanismo de austeridade não assumiram a forma de generalizações de casos supostamente "epicentrais" ou paradigmáticos. Em vez disso, o urbanismo de austeridade surgiu como uma formulação provisória de nível médio, posicionada entre relatos mais abstratos da neoliberalização pós-crise, dinâmicas políticas padronizadas e uma ampla gama de casos. Nos Estados Unidos, por exemplo, embora as cidades parecessem ser os locais em que as medidas de austeridade estavam sendo visivelmente aplicadas, isso claramente estava longe de ser um caso único.

---

<sup>9</sup> Vale a pena lembrar, no entanto, que a palavra-chave "austeridade" tinha muito pouca aceitação política ou popular nos Estados Unidos no início da crise (onde era comumente considerada uma aflição distintivamente europeia), enquanto na Europa os programas de austeridade explícitos e nomeados foram simultaneamente o foco de ação governamental coordenada e de extensas contramobilizações.

Desde o início, as políticas estatais estavam claramente a fazer uma diferença significativa - quer nas lutas com os sindicatos dos funcionários públicos no Estado de Wisconsin, na busca de mudanças estruturais nos direitos de pensão e nos acordos de partilha de receitas na Califórnia, na extensão e endurecimento dos poderes de gestão de emergências no Michigan ou na continuação do trabalho sobre os efeitos a longo prazo das emendas TABOR (lei dos direitos dos contribuintes) no Colorado, para não mencionar a evolução das relações entre as capitais dos estados - enquanto à escala urbana se registaram diferenças acentuadas tanto nas manifestações como na gestão da austeridade entre cidades como Chicago, San Jose, Nova Iorque, Colorado Springs, Detroit, Stockton, San Diego, Benton Harbor e Sandy Springs (ver Peck, 2012, 2014b). Nunca entendido como (ou reduzido a) uma condição geral, o urbanismo de austeridade ofereceu uma forma de explorar, de forma simultânea, experiências particulares e respostas padronizadas ao desenrolar da crise financeira. E era "urbano" também num sentidomultiescalar, dadas as ligações relacionais evidentes no contexto dos EUA entre experiências diferenciadas localmente, manobras políticas e fiscais nas capitais dos estados e os efeitos simultâneos dos cortes orçamentários federais juntamente com os desembolsos temporários de fundos de estímulo.

Também desde o início, as investigações sobre o urbanismo de austeridade envolveram comparações e conexões transatlânticas. Dessa forma, a noção de trabalho do urbanismo de austeridade chamou a atenção para um conjunto de reinterpretações intencionais (e mais do que locais) do que começou como uma crise bancária em uma metástase de e para o estado social, e a implantação seletiva de novas tecnologias de disciplina financeira descentralizada nesse contexto - o que não era para suprimir diferenças importantes entre as experiências europeias e norte-americanas de austeridade, mas para situá-las e teorizar por meio dessas diferenças (ver Davidson e Ward, a seguir; Donald et al, 2014; Kitson et al., 2011; Peck, 2012, 2014b; Schönig e Schipper, 2016; Tabb, 2014; Thompson, 2012). Cumulativamente, estas investigações exploraram as relações de poder embutidas nos programas de austeridade (que não só assumiram uma forma caracteristicamente hierárquica, mas que, em alguns casos, se traduziram em imposições descaradamente descendentes) e as geografias variadas das medidas de austeridade e das políticas de resistência à escala da cidade, de formas que foram mutuamente referenciais e informativas sem serem derivadas ou redutoras. Enquanto formulação de nível intermédio, facilitadora, mas plástica, o urbanismo de austeridade ajudou a abrir e a moldar um espaço

conceitual para examinar estas ligações complexas e iterativas, de fato através de contornos de diferença política, institucional e espacial, trabalhando entre construções explicitamente nomeadas e exteriormente politizadas de políticas de austeridade na Europa e as suas manifestações simultaneamente mais implícitas, mas institucionalizadas nos Estados Unidos (austeridade em tudo menos no nome).

Dito isto, em tempo real e passível de revisão e formulações como o urbanismo de austeridade devem ser interrogadas no contexto das suas próprias condições (históricas e geográficas) de existência. Ao se afirmar que pertencem ao repertório (em mutação) dos modos de governança neoliberais, então têm de ser rigorosamente localizadas nesses termos. Embora não haja nada de especialmente novo na purga seletiva e cíclica do Estado social, as manifestações expressamente neoliberais de austeridade têm sido historicamente específicas, posicionadas após e contra um conjunto incorporado de formas sociais e estatais antitéticas, enquanto não há duas rondas de purga neoliberal que sejam idênticas: O "corte" dos programas keynesianos e assistencialistas no início da década de 1980, por exemplo, foi qualitativamente diferente dos episódios de contenção e contenção fiscal que se seguiram mais tarde, enquanto as políticas urbanas de austeridade foram elaboradas de uma série de formas contextualmente específicas, que se revelaram dependentes dos quadros de funcionamento fiscal dos governos nacionais e regionais, estados subnacionais, narrativas circulantes de culpabilidade social e fracasso estatal, condições económicas locais, geografias de controlo eleitoral e mobilização de movimentos sociais, entre outros (ver Blyth, 2013; Lobao e Adua, 2011; Peck, 2013a). A medida em que há valor analítico (e político) em codificar estes vários momentos de crise, gestão de crise e consolidação contestada com referência ao "desarranjo" político-económico remendado que é o neoliberalismo, ou conceitos intermédios como o urbanismo de austeridade, têm de permanecer questões em aberto - e não meios para antecipar a resposta. Mas, na ausência de formulações mais adequadas, estes enquadramentos problematizam campos conjunturais atravessados por "unidades complexas", nos termos de Hall<sup>10</sup>, cortesia de uma teia de ligações orgânicas, práticas padronizadas, racionalidades reutilizadas, referências mútuas, adaptações constrangidas e assim por diante. Por outras palavras, são (deliberadamente) utilizadas em campos heterogêneos e variados.

<sup>10</sup> Sobre a abordagem de Hall ao método de articulação, e o pensamento de 'unidade e diferença' e 'diferença na unidade complexa', veja Grossberg (1996), Hall e Massey (2010) e Slack (1996: 122).

O fenômeno do urbanismo de austeridade deve também ser posicionado em relação ao "arco completo" da transformação neoliberal. A ascendência inicial do urbanismo empresarial foi substancialmente baseada (bem como enquadrada) nos legados de infraestruturas institucionais e ideológicos do assistencialismo keynesiano (ver Kirkpatrick e Smith, 2011). Este foi o contexto (herdado) em que a primeira geração de elites do crescimento pós-keynesiano fez o seu trabalho, em paralelo com as primeiras rodadas de "cortes" estrategicamente direcionados. Posteriormente, e após décadas de disciplinamento concorrencial, degradação da infraestrutura, sangria fiscal e privatização municipal, o território pan-urbano foi não só neoliberalizado mas também financeirizado, apelando à historização e recontextualização da própria noção de urbanismo empresarial. Na sua análise monumental da longevidade e do desenvolvimento capitalista, Braudel (1992: 246) referiu-se, de forma memorável, aos momentos de financeirização como "sinais de outono". Num sentido mais específico, a variedade pós-keynesiana de urbanismo empreendedor pode estar agora a encontrar as suas próprias condições outonais, sob a forma de uma intensificação sustentada das pressões de austeridade, de novas aplicações de gestão tecnocrática e de formas sistêmicas de governança dos detentores de títulos. As estratégias urbanas de segunda e terceira geração, ou tardiamente empreendedoras, estão agora a ser seguidas no contexto de um crescimento mais lento, mais desigual e desigual, de retornos elusivos e decrescentes das medidas políticas convencionais e de provas crescentes de esgotamento estratégico. Este é um contexto, além disso, cada vez mais condicionado por um ambiente operacional profundamente financeirizado, envolvendo condições variadas de mercado por lógicas e racionalidades competitivas "ingeridas" pelos Estados, pela institucionalização dos interesses do mercado de títulos financeiros, por uma série de pressões e incentivos fiscais reformulados, por novas tecnologias de avaliação de crédito (e de risco), contabilidade criativa e gestão da dívida e assim por diante (ver Kirkpatrick e Smith, 2011; Lake, 2015; Peck e Whiteside, 2016; Weber, 2010). Embora a atenção analítica (e política) se tenha concentrado adequadamente, durante o momento de urbanismo empreendedor do final do século XX, no domínio da governança das elites (locais) e na dinâmica dos regimes, as próprias máquinas de crescimento urbano não parecem ser o locus de ação decisiva e estratégica que outrora foram. Em vez disso, em circunstâncias, especialmente pronunciadas nos Estados Unidos, mas que não parecem restringir-se a este contexto, o nexo de tensão regulamentar e de (re)invenção parece ter-se deslocado, de forma bastante decisiva, na

direção das "moradas ocultas" da financeirização, da governança do mercado financeiro e do nexos Estado/finanças. Este processo de aprofundamento financeiro, na sua forma alargada, estressada e dependente do crédito, não precisa ser lida como uma forma clara de que a financeirização não é uma "próxima etapa" demarcada, mas pode ser vista como uma intensificação de tendências de longa data na mercantilização das relações interurbanas, na evolução das técnicas e tecnologias financeiras, na devolução como projeto disciplinar e incentivador e na reestruturação estatal pós-keynesiana (ver Leitner, 1990; Peck e Whiteside, 2016). No entanto, as manifestações mais recentes da financeirização estão a crescer a partir do solo degradado do empreendedorismo tardio. As análises conjunturais devem ser sensíveis a esses processos de evolução e transformação históricas, à consolidação e dissolução das suas formas emergentes e também às suas geografias mutáveis e variavelmente incorporadas. Trabalhar (todo o caminho) para cima e para baixo, analiticamente falando, significa navegar por meio de condições institucionais e político-econômicas mediadoras, muitas vezes para além da escala da cidade em si. As análises conjunturais só ganham realmente força entre tais especificidades, onde procuram delinear condições padronizadas e figurações recorrentes no meio da (inevitável) agitação e complexidade de circunstâncias contingentes.

Considere algumas das particularidades constitutivas do caso americano (mais uma vez não como um modelo universal). Outrora um porto seguro, se não uma espécie de refúgio, o mercado de títulos municipais do país teve um crescimento exponencial desde a década de 1970, ao mesmo tempo, em que estendeu seus tentáculos para os domínios da gestão municipal e da governança urbana, talvez de forma mais tangível por meio de práticas como a classificação de crédito (ver Hackworth, 2007). Paralelamente (e em coprodução) a esta expansão e privatização dos mercados de crédito municipais, o domínio cada vez mais forte do "federalismo fiscal" (a doutrina reguladora que defende que as jurisdições devem operar dentro dos seus próprios meios, minimizando as transferências intergovernamentais) normalizou as condições de disciplina orçamentária descentralizada e de administração enxuta, obviamente concretizadas de forma desigual (Peck, 2014b). Estas são apenas algumas das facetas do que equivale a uma teia de estruturas, práticas, narrativas, técnicas e procedimentos financeirizados que têm colonizado progressivamente o sistema (inter)urbano. Resumindo estas condições, algumas das características próximas e dinâmicas nascentes do modelo americano de governança urbana financeirizada são ilustradas no

Quadro 1, com a ressalva não trivial de que esta é apenas uma variedade da espécie. As disciplinas e dinâmicas da financeirização podem ser relativamente generalizadas, sobretudo nos territórios afetados pela virada para o urbanismo de austeridade, mas não apresentam claramente uma forma singular "até ao fim". Não menos importante, elas são sistematicamente dependentes de estruturas herdadas de finanças públicas e privadas, da configuração de regimes legais e constitucionais e do padrão das relações federais e centrais-locais. Além disso, "dentro" do caso americano, são evidentes diferenças marcantes de cidade para cidade (por exemplo, entre os municípios à beira da insolvência, inúmeros locais que gerem as consequências quotidianas das reduções de receitas e do estresse orçamentário e os bastiões do governo local libertário, onde a administração simples é- há muito o modelo operacional), de estado para estado (por exemplo, conforme as geografias do endividamento governamental e da capacidade de crédito, bem como as das políticas partidárias) e com as consequências distributivas da batalha incessante sobre despesas, impostos e programação ao nível federal.

Joseph Schumpeter (1918: 100), uma vez definiu os orçamentos públicos como "o esqueleto do Estado despojado de todas as ideologias enganadoras". Da mesma forma, as geografias orçamentais do Estado podem talvez ser utilizadas como uma espécie de tecnologias de mapeamento e uma forma de colocar as crises orçamentárias localizadas em relação às topologias mais amplas da transformação financeira e institucional, embora, na prática, isso signifique atravessar um pântano de ideologias errôneas. Em comparação com as condições nos Estados Unidos, o Quadro 1 descreve um padrão em que o estresse fiscal foi propositadamente localizado e urbanizado por meio de uma série de enquadramentos discursivos, reformas institucionais e manobras políticas. Para sublinhar algumas destas circunstâncias em mudança, são de salientar os efeitos cumulativos da reestruturação com recorte privilegiado para o enxugamento administrativo e da racionalização em curso dos serviços municipais e dos sistemas de prestação de serviços; uma maior dependência dos mercados imobiliários locais e das receitas fiscais daí resultantes; a privatização dos empréstimos municipais e a concomitante ascendência de modos de vigilância, avaliação de riscos e fixação do preço da dívida com base no valor dos detentores de títulos; a imposição de métodos práticos de governança tecnocrática, bem como de métodos de controlo e disciplina financeirizados à distância; e a intensificação de narrativas moralistas, responsabilizadoras calvinistas que procuram justificar a adoção de medidas invasivas com

base no argumento de que as cidades em dificuldades perderam o direito à auto governança (devido a pecados passados como a corrupção e a profilaxia) e estão agora a ter o que merecem.

### **Quadro 1 - O urbanismo empresarial tardio como governança urbana financeirizada, ao estilo dos EUA**

<i>Esgotamento empresarial</i>	Diminuição do retorno das iniciativas empresariais, na sequência de aglomeração competitiva, saturação do mercado e inovação condicionada (em termos de custos); aceleração da rotação de medidas políticas reformuladas no contexto de um desempenho insuficiente em série; insegurança competitiva persistente; aumento das taxas de subvenção com resultados de soma negativa; migração para intervenções simbólicas de baixo custo/elevada visibilidade.
<i>Crescimento lento</i>	Crescimento econômico geograficamente desigual, frágil e volátil; inflação/deflação desigual dos mercados imobiliários residenciais e comerciais (e das receitas tributárias decorrentes); desindustrialização contínua associada ao crescimento seletivo dos serviços, principalmente “eds e meds”; aprofundamento dos déficits de infraestrutura e déficits de investimento.
<i>Governo enxuto</i>	Orientação sistêmica para um governo “menor”, associando financiamento e programação públicos restritos com modelos privatizados e terceirizados de prestação de serviços; ataques ideológicos contra os princípios do setor público, instituições e força de trabalho; estímulo à aversão aos impostos; dessindicalização do setor público local.
<i>Federalismo fiscal</i>	Predisposição à devolução “descendente”, contra a lógica da redistribuição socioespacial (progressiva); as jurisdições locais devem se manter sozinhas e viver dentro de suas possibilidades, dissociadas das transferências keynesianas e dos circuitos redistributivos; maior dependência da base tributária local (impostos sobre a propriedade; taxas e encargos).
<i>Urbanismo de austeridade</i>	Condições existenciais de restrições orçamentárias. enxugamento e racionalização das despesas; descentralização por ausência de riscos e responsabilidades; narrativas de responsabilização e fracasso dos estados locais e sociais; aumento da ciclicidade nos orçamentos e nos fluxos de receita, agravado pela reversão das transferências intergovernamentais e pelo desmantelamento dos estabilizadores automáticos; balcanização das

---

<i>Valor para os detentores de títulos</i>	Comando de Wall Street; maior dependência do mercado de obrigações municipais; reforço dos papéis de controle, vigilância e monitorização das agências de crédito, que regem os custos dos empréstimos, as avaliações dos investidores e o acesso ao financiamento; reorientação para a contabilidade criativa, a gestão de riscos e a engenharia financeira; ambientes operacionais profundamente financeirizados.
<i>Máquina da dívida</i>	O disciplinamento e a dinâmica da “máquina da dívida” eclipsam as estratégias da máquina do crescimento; a ascendência dos atores e instituições financeiras sobre as elites (locais) do crescimento; a fusão dos modos de governança tecnocráticos e financeiros; a monetização e a comercialização de ativos, infraestruturas e fluxos de receita.
<i>Poder tecnocrático</i>	Atribuição de poderes aos quadros tecnocráticos, incluindo os gestores de emergência, especialistas em reestruturação e operadores financeiros; gestão por auditoria e por decreto orçamentário; normalização do estresse fiscal; gestão de crises.
<i>Calvinismo municipal</i>	Narrativas piedosas e implacáveis que justificam que as cidades devem “colher o que semeiam”; responsabilização moralizadora da autossuficiência financeira local; culpabilização da “dependência” e da disfunção política local, muitas vezes com cunho racial; deslegitimação da redistribuição e das transferências como “resgates”.
<i>Cesarismo metropolitano</i>	Utilização seletiva (de cima para baixo/fora) das aquisições de responsabilidades dos municípios pelo Estado desenvolvimento e racionalização de novas medidas de “dissolução democrática” temporárias à escala local; seleção de cidades pobres e de maioria de minorias; amplificação das diferenças partidárias.

No extremo agudo destes processos de reestruturação, as falências municipais (que continuam a ser ocorrências estatisticamente raras) representam indicadores grosseiros de alguns dos pontos de maior tensão fiscal no sistema urbano, mas a sua incidência é também uma função dos caprichos da regulamentação federal (que torna a reestruturação da dívida administrada pelos tribunais disponível apenas como um doloroso último recurso), mediada por meio de um labirinto de leis, constituições, instituições e relações políticas estatais. Uma rede muito mais ampla é lançada pela teia de gestão de emergência, supervisão fiscal e disposições de aquisição de responsabilidade dos municípios pelo Estado, muitas das quais foram alargadas e aumentadas desde o crash de 2008. Estas e outras formas de

regulamentação geograficamente variadas têm sido parte integrante das formas como a crise financeira se transformou numa crise social e numa crise estatal (local), o caráter mutável da neoliberalização encontra um eco nas dinâmicas de mudança de sítio da reestruturação transformadora à escala urbana, uma vez que a “A crise se move de um lugar para outro, irrompendo aqui e ali conforme o ponto crítico do dia (Fraser, 2015: 187; Peck, 2012; Thompson, 2012).

Como argumentou a jurista Michelle Wilde Anderson, a "mensagem clara" da família crescente de disposições de governança de emergência é que a (in)solvência fiscal é cada vez mais interpretada como uma função da (má) gestão ao nível da cidade, legitimando assim intervenções tecnocráticas, muitas vezes através de uma tomada de controle estatal das operações municipais e da suspensão ou "dissolução" dos acordos democráticos locais. A este respeito, as leis de gestão de emergência, juntamente com a ameaça persistente (e o uso ocasional) de reestruturação administrada pelo tribunal ao abrigo do código de falências bancárias, falam da construção de uma nova ordem reguladora e de uma economia moral em torno das adaptações pós-2008 do federalismo fiscal. Sob este regime, o controle financeiro está sendo centralizado (e aumentado), enquanto muitos dos custos e riscos associados ao ajuste socioeconômico estão sendo devolvidos (e reduzidos). De forma correspondente, as relações entre o estado e a cidade tornaram-se uma arena de luta significativa, com consequências potencialmente de longo alcance para a democracia local e para as condições de existência das políticas para as cidades. Como explica Anderson:

A centralização do poder pelo Estado nestes termos não melhora as causas estruturais das dificuldades financeiras, como a pobreza concentrada, a perda de empregos de classe média numa região, ou as fronteiras locais que fragmentam uma única área metropolitana em cidades socioeconomicamente segregadas. De fato, a dissolução democrática local pode apenas exacerbar o mal-estar fiscal a longo prazo, facilitando mudanças (como a venda abrupta de bens públicos) que produzem retornos rápidos à custa da sustentabilidade permanente. Ao longo do caminho, as aquisições radicais do Estado podem incendiar o antagonismo entre o Estado e os cidadãos, os atores locais, e destituir ainda mais o poder de um eleitorado local sitiado e minar drasticamente a transparência e a responsabilidade da governança local (Anderson, 2012: 582).

Na última década de intensificação financeira, condições de stress fiscal urbano cada vez mais generalizadas, mas ainda assim localizadas, levaram à (re)formulação improvisada do repertório de técnicas de gestão de crises urbanas, decretadas pelas autoridades a nível estatal. Estas foram realizadas e racionalizadas, em sua maioria, através

da ressuscitação e da reutilização de narrativas acusatórias de "dependência" local, de liderança política corrupta e de gestão municipal disfuncional, fortemente carregadas de conotações de classe e raça (uma vez que muitos dos alvos locais de intervenção são cidades pobres e de "minorias majoritárias"), combinadas com justificativas cada vez mais absurdas para o governo de emergência, a governança pós-democrática, a gestão tecnocrática e a aquisição de responsabilidades municipais pelo Estado. Estas têm também um forte traço partidário, uma vez que envolvem frequentemente as ações de estados controlados pelos republicanos contra cidades controladas pelos democratas.

Novas categorias e fundamentos para a intervenção do topo para a base - muitas vezes por parte de administrações estatais nominalmente anti-intervencionistas, aparentemente comprometidas com os axiomas do governo pequeno e dos mercados livres - estão agora a ser inventadas, testadas e impostas. Alguns teóricos jurídicos conservadores estão agora se aventurando de volta à Roma Antiga em sua busca por narrativas argumentativas. É neste contexto que uma série de supostas "vantagens da ditadura" estão agora a ser publicamente contempladas, especialmente nos casos em que a insolvência financeira a longo prazo levou à "incapacidade das estruturas institucionais normais do governo [local]", o bloqueio de medidas legitimamente "invasivas" contra municípios falhados está agora a ser considerada como incluindo "a imposição de conselhos de administração ditatoriais que deslocam os funcionários locais democraticamente eleitos" (Gillette, 2014: 1375, 1385). Em condições de emergência, aparentemente, pode haver um argumento para suspender não só a máquina da democracia eleitoral em cidades selecionadas, mas também para colocar em suspenso os "princípios" classicamente neoliberais de contenção estatal e autonomia local - tudo em prol da conveniência fiscal e política. Seguindo este caminho tortuoso, Stephen Eide, do Manhattan Institute, um dos mais proeminentes thinktanks conservadores, defende agora a aplicação seletiva de medidas "cesaristas" em situações de insolvência municipal. Nos casos em que se considera que as cidades falharam na "utilização sensata da sua independência", os governadores dos estados são agora instados a intervir, "à maneira de César, mais cedo e com mais vigor" do que nunca (Eide, 2016: 75). Alguns deles estão atendendo ao chamado. Novas variedades de ajuste estrutural estão sendo improvisadas neste contexto conjuntural.

**Conclusão: abrir horizontes**

Na introdução de uma exploração em duas partes das transformações contemporâneas na governança metropolitana, este artigo defende o desenvolvimento de abordagens "conjunturais" à análise urbana. Estas procuram problematizar explicitamente a posição político-econômica das cidades, tanto em termos (inter)escalares como em paisagens em movimento de transformação no modo de regulação. Além disso, estão também atentas à interação dialógica entre estudos de caso situados, conceitos de nível intermédio definidos reflexivamente e reivindicações teóricas passíveis de revisão. Tomando como ponto de partida a atual crise financeira e política em Atlantic City, a capital dos cassinos de Nova Jersey, esta primeira parte do artigo procurou historicizar o conceito de cidade empresarial, situando-o no contexto do aprofundamento da hegemonia do regime neoliberal, da emergência do urbanismo de austeridade e da intensificação das reestruturações financeirizadas. De acordo com uma leitura da hegemonia como a governança da normalização - e não como sinônimo de dominação unilateral, coerência plenária ou uniformidade incipiente -, o artigo revisitou conscientemente algum território familiar para percorrer um caminho entre um momento emergente de urbanismo empresarial imediatamente pós-keynesiano e as sucessivas ondas de neoliberalização e financeirização, sugerindo que as condições atuais de crise da governança urbana financeirizada podem ser entendidas como uma conjuntura empresarial distintamente tardia.

Não são concebidas e nem apresentadas como reivindicações "globais", mas atendem, em primeira instância, às circunstâncias contextuais da governança de austeridade alargada nos Estados Unidos. Situadas desta forma, podem ser vistas como um contributo para o esforço em curso de pesquisar e interrogar o mapa em movimento da neoliberalização através das escalas e locais do urbano. Neste contexto, uma das contribuições da análise conjuntural é proporcionar uma alternativa ao hábito da teorização "centrada" ou difusa, em que as generalizações tipo modelo são derivadas de casos e locais supostamente paradigmáticos. Em contraste, a análise conjuntural chama a atenção para a relação e a posicionalidade, sendo os efeitos contextuais e contingentes traçados "até ao fim", enquanto a localização dos próprios casos (tanto individual como coletivamente) é uma questão não de núcleos e periferias, ou de terras do coração e do interior, mas de desenvolvimento espacial desigual, campos heterogêneos, reestruturações multicausais e dinâmicas de mudança de local. A este respeito, os horizontes da teorização conjuntural devem abranger

diferenças padronizadas e paisagens variadas, por exemplo, através de momentos de contenção e ampliação da atuação regulatória do Estado e por meio de casos de ponta sangrenta. Contra as aplicações do "modelo" de conceito de urbanismo neoliberal, apresentadas à escala da cidade, que correm o risco de se esvaziarem e de se fecharem, os horizontes de uma tal teorização crítica, devem permanecer abertos, mas, ao mesmo tempo, devem ter em conta a deriva da normalização, bem como as frentes ativas da inovação e da contestação.

Procurando trabalhar com algumas destas pistas metodológicas, a Parte 2 do artigo apresentará um estudo de caso alargado de uma das vias para a crise financeira local (e localizada) nos Estados Unidos, centrado nas circunstâncias cada vez mais tensas de Atlantic City, onde manobras empresariais de vários tipos têm uma longa e notável história de xadrez. Seguindo em traços gerais o arco descrito nesta primeira parte do artigo, aquilo a que se chamou "a aposta de Atlantic City" constitui uma das experiências mais audaciosas da primeira onda de políticas urbanas pós-keynesianas, cuja rápida ascensão e prolongado esgotamento revelam não só as tradições internas deste modelo de regeneração liderado pelos cassinos, mas também condições de existência constitutivas que se revelaram cada vez mais debilitantes. A crise em Atlantic City ameaça tornar-se existencial, o que levou a uma série de intervenções sem precedentes, crescentes e contínuas por parte das autoridades estatais, cujas opções fiscais e políticas se estão a revelar notavelmente truncadas.

### **Agradecimentos**

Agradeço aos editores da Urban Studies pelo convite para apresentar a conferência anual e pela oportunidade de desenvolver alguns dos argumentos aí apresentados nesta forma alargada. Pelos comentários, conversas e sugestões, agradeço a Andrew Cumbers, Mikael Omstedt, Anthony O'Sullivan, Leslie Roman e Heather Whiteside. Eric Leinberger prestou assistência cartográfica. Por tornar este trabalho possível, estou grato ao programa Canada Research Chairs. No entanto, a responsabilidade por estes argumentos é inteiramente minha.

### **Financiamento**

Esta investigação não recebeu qualquer subsídio específico de qualquer agência de financiamento dos setores público, comercial ou sem fins lucrativos.

---

**Referências**

ANDERSON, M. W. Democratic dissolution: Radical experimentation in state takeovers of local governments. *Fordham Urban Law Journal*, v. 39, n. 3, p. 577–624, 2012.

APPLE, M. W. *Ideology and curriculum*. New York: Routledge, 1990.

BAN, C. *Ruling Ideas: How Global Neoliberalism Goes Local*. New York: Oxford University Press, 2016.

BECKERMAN, J. S&P cuts rating on Atlantic City, N.J., into junk territory. *Wall Street Journal*, 27 Jan. 2015. Disponível em: <http://www.wsj.com/articles/s-p-cuts-rating-on-atlantic-city-n-j-into-junk-territory-1422406351>. Acesso em: 29 set. 2016.

BLYTH, M. *Austerity*. New York: Oxford University Press, 2013.

BOUINOT, J.; LOVI, C. *L'action économique des grandes villes en France et à l'étranger*. Paris: Economica, 1987.

BRAUDEL, F. *The Perspective of the World*. Berkeley, CA: University of California Press, 1992.

BRENNER, N. *New State Spaces*. New York: Oxford University Press, 2004.

BRENNER, N.; SCHMID, C. Towards a new epistemology of the urban? *City*, v. 19, n. 2–3, p. 151–182, 2015.

BRENNER, N.; THEODORE, N. (Org.). *Spaces of Neoliberalism: Urban Restructuring in North America and Western Europe*. Oxford: Blackwell, 2002.

BRENNER, N.; PECK, J.; THEODORE, N. Variegated neoliberalization: Geographies, modalities, pathways. *Global Networks*, v. 10, n. 2, p. 182–222, 2010.

COUNCIL ON CASINOS. *Why Casinos Matter*. New York: Institute for American Values, 2013.

DARRAGH, T. The men who would save Atlantic City: Christie's fixers target 'awful mess'. *NJ.com*, 25 Jan. 2015. Disponível em: [http://www.nj.com/news/index.ssf/2015/01/atlantic\\_city\\_management\\_team\\_is\\_experience\\_d\\_with.html](http://www.nj.com/news/index.ssf/2015/01/atlantic_city_management_team_is_experience_d_with.html). Acesso em: 29 set. 2016.

DAVIDSON, M.; WARD, K. 'Picking up the pieces': Austerity urbanism, California and fiscal crisis. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, v. 7, n. 1, p. 81–97, 2014.

DAVIDSON, M.; WARD, K. (Org.). *Cities under Austerity: Restructuring the U.S. Metropolis*. Albany, NY: SUNY Press, [no prelo].

DONALD, B.; GLASMEIER, A.; GRAY, M. et al. Austerity in the city: Economic crisis and urban service decline? *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, v. 7, n. 1, p. 3–15, 2014.

EIDE, S. Sucker bet. *City Journal*, 29 Mar. 2015. Disponível em: <http://www.city-journal.org/html/sucker-bet-11543.html>. Acesso em: 29 set. 2016.

EIDE, S. Caesarism for cities. *City Journal*, v. 26, n. 1, p. 70–75, 2016.

FRASER, N. Legitimation crisis? On the political contradictions of financialized capitalism. *Critical Historical Studies*, v. 2, n. 2, p. 157–189, 2015.

FRIEDMAN, T. L. *The Lexus and the Olive Tree*. New York: Anchor, 2000.

GILLETTE, C. P. Dictatorships for democracy: Takeovers of financially failed cities. *Columbia Law Review*, v. 114, n. 6, p. 1373–1462, 2014.

GROSSBERG, L. On postmodernism and articulation: An interview with Stuart Hall. In: MORLEY, D.; CHEN, K.-H. (Org.). *Stuart Hall: Critical Dialogues*. London: Routledge, 1996. p. 131–150.

HACKWORTH, J. *The Neoliberal City: Governance, Ideology, and Development in American Urbanism*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2007.

HACKWORTH, J. Defiant neoliberalism and the danger of Detroit. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, 2016. DOI: 10.1111/tesg.12184.

HADDON, H.; DAWSEY, J. State manager will oversee Atlantic City. *Wall Street Journal*, 22 Jan. 2015, p. A13.

HADDON, H.; MACMILLAN, T. Atlantic City's new manager gets 60 days for new plan. *Wall Street Journal*, 23 Jan. 2015, p. A20.

HALL, S. The neo-liberal revolution. *Cultural Studies*, v. 25, n. 6, p. 705–728, 2011.

HALL, S.; MASSEY, D. Interpreting the crisis. *Soundings*, n. 44, p. 57–71, 2010.

HALL, T.; HUBBARD, P. (Org.). *The Entrepreneurial City*. Chichester: Wiley, 1998.

HANNA, M.; PARMLEY, S.; ROSENBERG, A. S. Christie's 'aggressive action': Emergency managers for A.C. *Philadelphia Inquirer*, 23 Jan. 2015, p. 1.

HARVEY, D. Three myths in search of a reality in urban studies. *Society and Space*, v. 5, n. 4, p. 367–376, 1987.

HARVEY, D. From managerialism to entrepreneurialism: The transformation in urban governance in late capitalism. *Geografiska Annaler B*, v. 71, n. 1, p. 3–17, 1989.

HARVEY, D. *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HARVEY, D. *The Way of the World*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

JESSOP, B.; SUM, N.-L. An entrepreneurial city in action: Hong Kong's emerging strategies in and for (inter) urban competition. *Urban Studies*, v. 37, n. 12, p. 2287–2313, 2000.

JONAS, A. E. G.; WILSON, D. (Org.). *The Urban Growth Machine*. Albany, NY: SUNY Press, 1997.

KIRKPATRICK, L. O.; SMITH, M. P. The infrastructural limits to growth: Rethinking the urban growth machine in times of fiscal crisis. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 35, n. 3, p. 477–503, 2011.

KITSON, M.; MARTIN, R.; TYLER, P. The geographies of austerity. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, v. 4, n. 3, p. 289–302, 2011.

LAKE, R. W. The financialization of urban policy in the age of Obama. *Journal of Urban Affairs*, v. 37, n. 1, p. 75–78, 2015.

LAURIA, M. (Org.). *Reconstructing Urban Regime Theory*. London: SAGE, 1996.

LE GALÈS, P. Neoliberalism and urban change: Stretching a good idea too far? *Territory, Politics and Governance*, v. 4, n. 2, p. 1–19, 2016.

LEITNER, H. Cities in pursuit of economic growth: The local state as entrepreneur. *Political Geography Quarterly*, v. 9, n. 2, p. 146–170, 1990.

LEITNER, H.; SHEPPARD, E. Provincializing critical urban theory: Extending the ecosystem of possibilities. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 40, n. 1, p. 228–235, 2016.

LOBAO, L. M.; ADUA, L. State rescaling and local governments' austerity policies across the U.S.A., 2001–2008. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, v. 4, n. 3, p. 419–435, 2011.

LU, A. Online gambling revenues fall short. *Stateline*, 24 June 2014. Disponível em: <http://www.pewtrusts.org/en/research-and-analysis/blogs/stateline/2014/06/online-gambling-revenues-fall-short>. Acesso em: 29 set. 2016.

McCANN, E. Urban policy mobilities and global circuits of knowledge: Toward a research agenda. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 101, n. 1, p. 107–130, 2011.

McFARLANE, C. The entrepreneurial slum: Civil society, mobility and the co-production of urban development. *Urban Studies*, v. 49, n. 13, p. 2795–2816, 2012.

McFARLANE, C. Studies in comparative urbanism. In: DESAI, V.; POTTER, R. B. (Org.). *The Companion to Development Studies*. London: Hodder Education, 2014. p. 296–298.

MACLEOD, G. Globalizing Parisian thought-waves: Recent advances in the study of social regulation, politics, discourse and space. *Progress in Human Geography*, v. 21, n. 2, p. 530–553, 1997.

MURRAY, M. *City of Extremes: The Spatial Politics of Johannesburg*. Durham, NC: Duke University Press, 2011.

OECD. *Competitive Cities: A New Entrepreneurial Paradigm in Spatial Development*. Paris: OECD, 2007.

OFFICE OF THE GOVERNOR, NEW JERSEY. *Executive Order No. 171*. Trenton, NJ: State of New Jersey, 22 Jan. 2015.

PARK, B.-G.; HILL, R. C.; SAITO, A. *Locating Neoliberalism in East Asia: Neoliberalizing Spaces in Developmental States*. Oxford: Wiley, 2012.

PARNELL, S.; ROBINSON, J. (Re)theorizing cities from the global South: Looking beyond neoliberalism. *Urban Geography*, v. 33, n. 4, p. 593–617, 2012.

PARRY, W. Atlantic City mayor: At least we're not Detroit. *Yahoo Finance*, 15 Jan. 2015. Disponível em: <http://finance.yahoo.com/news/atlantic-city-mayor-least-were-231433591.html>. Acesso em: 29 set. 2016.

PARRY, W. Gambling market saturated in Northeast, yet casinos keep on coming. *Morning Call*, 28 May 2016. Disponível em: <http://www.mcall.com/news/nationworld/pennsylvania/mc-us-casino-saturation-20150528-story.html>. Acesso em: 29 set. 2016.

PECK, J. Geography and public policy: Constructions of neoliberalism. *Progress in Human Geography*, v. 28, n. 3, p. 392–405, 2004.

PECK, J. Austerity urbanism: American cities under extreme economy. *City*, v. 16, n. 6, p. 626–655, 2012.

PECK, J. Austere reason, and the eschatology of neoliberalism's End Times. *Comparative European Politics*, v. 11, n. 6, p. 713–721, 2013a.

PECK, J. Explaining (with) neoliberalism. *Territory, Politics, Governance*, v. 1, n. 2, p. 132–157, 2013b.

PECK, J. Entrepreneurial urbanism: Between uncommon sense and dull compulsion. *Geografiska Annaler B*, v. 96, n. 4, p. 396–401, 2014a.

PECK, J. Pushing austerity: State failure, municipal bankruptcy and the crises of fiscal federalism in the USA. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, v. 7, n. 1, p. 17–44, 2014b.

PECK, J. Cities beyond compare? *Regional Studies*, v. 49, n. 1, p. 160–182, 2015a.

PECK, J. Framing Detroit. In: SMITH, M. P.; KIRKPATRICK, L. O. (Org.). *Reinventing Detroit*. Piscataway, NJ: Transaction, 2015b. p. 145–166.

PECK, J.; THEODORE, N. Reanimating neoliberalism: Process-geographies of neoliberalization. *Social Anthropology*, v. 20, n. 2, p. 177–185, 2012.

PECK, J.; WHITESIDE, H. Financializing Detroit. *Economic Geography*, v. 92, n. 3, p. 235–268, 2016.

PECK, J.; THEODORE, N.; BRENNER, N. Post-neoliberalism and its malcontents. *Antipode*, v. 41, supl. 1, p. 94–116, 2010.

PECK, J.; THEODORE, N.; BRENNER, N. Neoliberal urbanism redux? *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 37, n. 3, p. 1091–1099, 2013.

PICKVANCE, C. G. The limits of neoliberalism: Is the concept of neoliberalism helpful in the study of urban policy? In: KÜNKEL, J.; MARGIT, M. (Org.). *Neoliberal Urbanism and its Contestations*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011. p. 46–62.

PINSON, G.; MOREL JOURNAL, C. The neoliberal city: Theory, evidence, debates. *Territory, Politics, Governance*, v. 4, n. 2, p. 137–153, 2016.

PORTES, A.; ROBERTS, B. R. The free-market city: Latin American urbanization in the years of the neoliberal experiment. *Studies in Comparative International Development*, v. 40, n. 1, p. 43–82, 2005.

ROBINSON, J. The travels of urban neoliberalism: Taking stock of the internationalization of urban theory. *Urban Geography*, v. 32, n. 8, p. 1087–1109, 2010.

ROBINSON, J. Cities in a world of cities: The comparative gesture. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 35, n. 1, p. 1–23, 2011.

ROBINSON, J. Comparative urbanism: New geographies and cultures of theorizing the urban. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 40, n. 1, p. 187–199, 2015.

ROJEK, C. *Stuart Hall*. Oxford: Wiley, 2003.

ROMAN, L. G. Conjunctural thinking – 'pessimism of the intellect, optimism of the will': Lawrence Grossberg remembers Stuart Hall. *Discourse*, v. 36, n. 2, p. 185–199, 2015.

ROY, A. The 21st-century metropolis: New geographies of theory. *Regional Studies*, v. 43, n. 6, p. 819–830, 2009.

RUSS, H. Moody's slashes Atlantic City rating on bankruptcy potential. *Reuters*, 23 Jan. 2015. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/2015/01/24/us-atlantic-city-ratings-idUSKBN0KW26V20150124>. Acesso em: 29 set. 2016.

SCHÖNIG, B.; SCHIPPER, S. (Org.). *Urban Austerity: Impacts of the Global Financial Crisis on Cities in Europe*. Berlin: Theater der Zeit, 2016.

SCHUMPETER, J. A. *The crisis of the tax state*. Leipzig: Leuschner and Lubensky, 1918.

SCHWARTZ, D. G. *Atlantic City Gaming Revenue: Statistics for Casino, Slot, and Table Win, 1978–2015*. Las Vegas, NV: *Center for Gaming Research*, 2016.

SLACK, J. D. The theory and method of articulation in cultural studies. In: MORLEY, D.; CHEN, K.-H. (Org.). *Stuart Hall: Critical Dialogues*. London: Routledge, 1996. p. 112–127.

STERNLIEB, G.; HUGHES, J. W. *The Atlantic City Gamble*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1983.

STORPER, M.; SCOTT, A. J. Current debates in urban theory: A critical assessment. *Urban Studies*, v. 53, n. 6, p. 1114–1136, 2016.

TABB, W. K. The wider context of austerity urbanism. *City*, v. 18, n. 2, p. 87–100, 2014.

THEODORE, N.; PECK, J. Framing neoliberal urbanism: Translating 'common sense' urban policy across the OECD zone. *European Urban and Regional Studies*, v. 19, n. 1, p. 20–41, 2012.

THOMPSON, J. B. The metamorphosis of a crisis. In: CASTELLS, M.; CARAXCA, J.; CARDOSO, G. (Org.). *Aftermath: The Cultures of the Economic Crisis*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 59–81.

WARD, K. Toward a comparative (re)turn in urban studies? Some reflections. *Urban Geography*, v. 29, n. 5, p. 405–410, 2008.

WEBER, R. Selling city futures: The financialization of urban redevelopment policy. *Economic Geography*, v. 86, n. 3, p. 251–274, 2010.

WILLIAMS, R. *Marxism and Literature*. Oxford: Oxford University Press, 1977.

WOLFSON, J. America's casino-saturation problem. *New Yorker*, 18 Nov. 2014. Disponível em: <http://www.newyorker.com/business/currency/americas-casino-saturation-problem>. Acesso em: 29 set. 2016.

WOLMAN, H. L.; FORD, C. C.; HILL, E. W. Evaluating the success of urban success stories. *Urban Studies*, v. 31, n. 6, p. 835–850, 1993.